CEMAP_PORANTIM_JANEIRO_FEVEREIRO_DE_1981_N_26

FUNDO DK | CEMAP Fp/84

PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA.

Manaus - Ano III nº 26 - Janeiro/Fevereiro de 1981 — Cr$ 50,00

CEMAP - HEMEROTECA
CLASS. Depósito D. Kaingang

Minérios provocam Transferência de Waimiri

Os Waimiri-Atroari estão sendo transferidos de um lugar a outro dentro da Reserva para facilitar a pesquisa de minérios, do mesmo modo os Munduruku-Sateré. A FUNAI é responsável. Página 3

"Identidade Indígena no Sangue"

Os líderes indígenas da Amazônia estiveram reunidos em Assembléia, discutindo o seu futuro. Desde os dias 10 a 12 de dezembro na aldeia Simão no rio Andirá, município de Barreirinha, os líderes formularam denúncias estarrecedoras. (Página 10)

Mekaronty, líder Txukarramãe faz denúncia e exige Autodeterminação

Mekaronty escreveu denunciando as invasões do Parque Xingu e as contradições dos "brancos". (Página 4).

Filme Europeu Mostra Mentira sobre Yanomami

FUNAI - Projeto Rondon de Olho nas Missões

Governo do Panamá expulsa os Guaymi de suas terras beneficiando a TEXASGULF

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Prezado amigo

Se você se interessa pela causa indígena, informamos que existe o jornal PORANTIM, editado pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário).
E um mensal, já no seu terceiro ano de vida, em defesa da causa indígena que revela a nossa realidade brasileira, lhe proporcionando uma completa informação sobre os problemas e os conflitos que vivem os povos indígenas.
O PORANTIM é o único jornal no Brasil que relata os acontecimentos nas áreas indígenas (conflitos de terras, genocídio, etc...) sob a versão dos índios.
O preço de uma cópia avulsa é de Cr$ 50,00; de uma assinatura anual simples é de Cr$ 500,00 e anual de apoio Cr$ 1000,00.
Se você estiver interessado em receber uma cópia grátis ou uma assinatura preencha o cupom abaixo, enderêçando-o a:

CIMI - PORANTIM
Assinaturas e Distribuição
Caixa Postal 58041
01397 - São Paulo - SP.

O envio de dinheiro pode ser feito através de cheque ou vale postal (Agência de correio Consolação) para o mesmo enderêço acima.

Um bom trabalho para você e obrigado pela atenção.

PORANTIM

Estou interessado em receber

☐ 1 cópia grátis

☐ uma assinatura anual

NOME:----------

ENDERÊÇO:----------

CEP:----------CIDADE:----------ESTADO:----------

Av. Joaquim Nabuco, 1923 — CP 934 — Tel 232-2430 — 69.000 — MANAUS - AM

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

CARTAS

O PORANTIM de novembro, mostrou mais uma vez que os indefesos Yanomami continuam a sofrer invasões em suas terras. Não foi o Parque Indígena Yanomami, que o Ministro Mario Andreazza falou na televisão que ia ser demarcado até o final do ano. Já chegou o final do ano e nada. É sempre assim, neste sistema só os interesses dos poderosos é que são garantidos. Até quando os Yanomami, ficarão indefesos? (23.12.80).

Maria de Souza
Recife - PE

-0-

Foi bem colocada as informações sobre a Política Indigenista Oficial no número do PORANTIM de novembro. Acho que deveria ter maior repercussão. Não daria para sair esta matéria na grande imprensa. Lendo percebi o quanto estes coronéis instalados na FUNAI estão fazendo de ruim para nossos índios. Continuem a publicar matérias deste tipo (20.12.80).

José Luís
Belém-PA

-0-

Achei muito interessante a entrevista do Coronel Nobre da Veiga em Veja nº 642. Com esta entrevista ele provou que seu lugar não é na FUNAI. Suas palavras são de um administrar digno do tempo de Pombal. Ele pensa que só dar dinheiro, instrumentos e outras coisas sem olhar o verdadeiro problema que são as terras dos índios ele pode conter esta luta indígena que se está desenvolvendo em quase todo Brasil. Os índios agora tem mais consciência dos próprios problemas e exigem soluções radicais, pois já esperam muito. E ainda estão esperando soluções. Será que o PORANTIM não poderia fazer uma enquete com os índios para saber se estão contentes com esta administração da FUNAI? (21.12.80)

Mariana S.
São Paulo - SP

-0-

Nota da Redação: Não precisa fazer enquetes. Os próprios índios nas várias assembléias realizadas no Brasil já falaram e estão falando desta administração da FUNAI.

-0-

Quiero hacerles llegar mi deseo de compartir con ustedes, principalmente con los que trabajan en elaboración de PORANTIM.

Esa preocupación por grupos indigenas que somos los más marginados y desherdados de América, que vivimos esperanzados que el algun día llegará la verdadera "Navidad", que ha nacido un niño que revolucionó el mundo, que puso inquieto a los tiranos y explotadores, que luchó en favor de los más pobres.

Deseando que algún día esa "Navidad" sea una realidad para todos los grupos indígenas y especialmente para mis hermanos indios de Brasil y que el año 81, se a un año de justicia y de igualdad. Deseando y manifestando esa preocupación. (23.12.80).

Darío Martínez
Índio KUNA do Panamá

-0-

Estamos preocupados com os problemas enfrentados pelos nossos irmãos índios, e achamos que o PORANTIM é um instrumento válido como informação e por isso estamos pedindo uma assinatura.

Na luta por uma sociedade fraterna e solidária, somando esforços e comungando os problemas deixamos aqui nossa solidariedade e nossa admiração. Atenciosamente. (23.11.80).

Secretariado Nacional de Justiça e
Não Violência - São Paulo.

-0-

Como estudante de ciências sociais, tenho grande interesse pela causa indígena. Estou acompanhando a problemática dos Xokleng de Ibirama, por intermédio de professores da UFSC.

Devo retornar ainda este ano a Joinville, mas interessa-me ficar em contato. Uma das formas de continuar atualizada com a luta justa que os índios estão travando atualmente, é lendo o PORANTIM. Tenho o interesse em outras publicações pois admiro o trabalho realizado pelo CIMI. Grata. (25.11.80).

Marta Regina da Silva
Florianópolis - SC

-0-

EDITORIAL

Direito Histórico

A política indigenista oficial tem sido contestada palmo a palmo pelos povos indígenas de norte a sul do País, denunciada até no Congresso Nacional por deputados que colocaram o Cel. Nobre da Veiga na parede. Acuada pelo avanço incontido das lutas indígenas que no ano passado tiveram coragem de enfrentar poderosas multinacionais, criar a União das Nações Indígenas, falar ao Papa e ao mundo sobre a tragédia indígena do País, participar das Assembléias Indígenas a despeito da proibição da FUNAI, essa política fica então como uma fera mortalmente ferida que se volta mais agressiva, espumando de ódio.

Os coronéis do órgão tutelar demitiram 51 funcionários que denunciaram as irregularidades da FUNAI na condução da política indígena. Estreitaram os laços com o Conselho de Segurança Nacional e Serviço Nacional de Informação visando por um basta nas lutas dos povos indígenas. Arquitetaram novas formas de dividir a responsabilidade da tutela, compartilhando-a com os Governos estaduais e agora enviando o Projeto Rondon para área indígena.

A estadualização foi levada a cabo com uma mudança nos Estatutos da FUNAI onde se consagra claramente a articulação com os governos estaduais. Nesse mesmo Estatuto a FUNAI vai participar de todas as SUDENE, SUDAM, SUDECO, etc. O Ministro Andreazza afirmou que "a inclusão da FUNAI nos Conselhos Deliberativos das Superintendencias de Desenvolvimento Regional do Ministério do Interior, objetivou compatibilizar os interesses da promoção do crescimento regional com a preservação dos direitos das comunidades indígenas".

Quando estão em jogo os interesses das grandes agropecuárias a questão das terras indígenas é voto vencido. Procura-se então arredar os povos indígenas para outras terras, espremendo-os em lugares improdutivos. A "preservação dos direitos das comunidades indígenas" se torna demagogia dita pelo Ministro.

O Ministro Andreazza tem o dom de fazer as palavras mudarem de sentido nos seus discursos, que devem ser lidos ao contrário do que afirmam. Assim, candidamente o Ministro da Transamazônica diz que "buscando aprofundar os conhecimentos da realidade indígena e identificar as aspirações e os problemas dessas comunidades, o Ministério do Interior desenvolve o Sistema de Informação de Área Indígena, para dotar a FUNAI, doravante, desse valioso instrumento adicional para atender e defender os direitos dos silvícolas".

O SAI, esse Sistema de Informação vai ser alimentado pelos universitários do Projeto Rondon. Quando o órgão tutor está surdo para as aspirações indígenas, os papéis e informações servirão a outros fins e dormirão nos arquivos. O próprio Ministro Andreazza se revela bem surdo em relação as aspirações das comunidades indígenas pois prometeu para 1980 a criação do Parque Yanomami e se esqueceu de cumprir a palavra. Pode haver defesa dos direitos indígenas quando se passa por cima desses povos e ignoram as promessas feitas?

Os estrategistas do MINTER e da FUNAI ainda não estão tranquilos, dos laboratórios federais fabricam novas invenções com intuito de calar as vozes incomodas e silenciar os líderes indígenas. Desse modo nós devemos ver o Encontro que houve a respeito do Parque Xingu em Brasilia. Montou-se um cenário onde se apresentam soluções aos problemas do Parque, com relatório bem elegante, mas no final, o ator principal cruza os braços e sai de cena sem explicação. Ainda bate o pé quando os antropólogos pedem, por exemplo, que a FAB se retire do Parque Xingu. Outros encontros virão, debatendo os problemas dos Goritire, Kayapó.

Não satisfeitos ainda com tudo isso, os estrategistas do órgão tutor decidem dar um passo mais largo na escalada anti-indígena que consiste em apressar a emancipação da tutela através de modificações do próprio Estatuto do Índio.

Foi anunciado que a FUNAI estuda uma nova redação de pelo menos dois artigos, um que define índios e comunidades indígenas e outro que especifica as condições necessárias para a emancipação. Estas são preocupações do Cel. Zanoni até hoje preocupado e obcecado com seus critérios de indianidade, de integração. O objetivo primeiro dessa mudança no Estatuto é tornar possível uma antiga e acalentada meta, isto é, que a tutora infiel possa tomar a iniciativa, independente dos interessados, em decretar a emancipação de pessoas ou comunidades. É o projeto do ex-Ministro Rangel Reis em 1978, unanimimente condenado, depois arquivado, e agora ressurge.

O outro alvo dessa mudança no Estatuto são os líderes indígenas combativos que a duras penas conheceram os meandros da política indigenista. Agora estão ameaçados de serem declarados emancipados ex-offício. Emancipando os líderes combativos, a FUNAI neutraliza o potencial de luta das comunidades e poderá no futuro até proibir de entrarem em suas aldeias quando emancipados.

Os povos indígenas estão sendo cercados pelas estratégias oficiais e aprisionados com cadeado. As chaves são da Segurança Nacional, os guardiães são os disciplinados coronéis da FUNAI. A meta se resume na integração completa de todos os povos indígenas na sociedade brasileira. Os povos indígenas se recusam a ser considerados assimilados. No Tribunal Russel, várias entidades indígenas, representando todo o continente Ameríndio exigiram que sejam respeitados como povos distintos.

A padronização imposta pela nossa cultura é morte certa. a diversidade de culturas está contida no plano de Deus para os Homens e nenhum poder temporal haverá de acabar com essa pluralidade humana. Ninguém tem o direito de acabar com as distinções entre os povos pois esse é um direito histórico. Os povos indígenas recusam a falsa emancipação projetada pelos estrategistas da FUNAI e MINTER.

PORANTIM

CONSELHO DIRETOR: Renato Athias - Paulo Suess, Ricardo Parente-Ademir Ramos
EDIÇÃO: Ricardo Parente
REPORTAGENS: Verenilde Pereira, Ricardo Parente, Leonor Almeida, Ademir Ramos
DIAGRAMAÇÃO: Deocleciano Souza RG MTPS 729 - SP
COLABORADORES: Consuelo Alfaro, Márcio Souza-Antôni José Costa- Geni Helena
CORRESPONDENTES: Equipe Pastoral Indigenista (Tefé - AM) Nelson Secchi-
Luciano Stefanini (Roraima) Nello Rufaldi-Rebeca
Spires (Pará-Amapá) Anselmo Forneck (Acre) Carlos
Ubialli-Odilo Ernhart (MA—GO) - João Bosco Marinho
(Tukano -Pari-Cachoeira) Daniel Cabixi (Pareci-Rio-Verde - MT) José Ribamar Bessa (Paris)
DISTRIBUIÇÃO: Joaquim Barroncas (Manaus-AM)
Roberto Brodoloni-Beatrice Pingeot (São Paulo)
SUCURSAL-SÃO PAULO: CIMI-PORANTIM Caixa Postal 58041-São Paulo CEP 01397
REDAÇÃO ADMINISTRAÇÃO: Av. Joaquim Nabuco 1023, Caixa Postal 984
69000 - Manaus-AM Fone; 232-2420
PORANTIM QUE EM SATERÉ-MAWÉ SIGNIFICA *REMO, ARMA, MEMÓRIA* É ÓRGÃO INFORMATIVO DE DEFESA DA CAUSA INDÍGENA, DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, EDITADO PELO REGIONAL NORTE I, REGISTRADO SOB O Nº 138 (Manaus AM)
Preço do número avulso: Cr$ 50,00 - Assinatura Anual Cr$ 500,00 -
Assinatura de Apoio Cr$ 1.000,00 - Para o exterior 20 US$ - Números atrasados Cr$ 60,00.
Faça sua assinatura enviando cheque ou vale postal em nome de
CIMI-PORANTIM para o seguinte endereço: CIMI—PORANTIM C.P. 58041
São Paulo (CEP 01397) -Conta Bancária BANESPA C/C nº 250-13-00340-6 (São Paulo).
Composto e impresso nas Oficinas de Artes Gráficas Guarú S/A. Rodovia Presidente Dutra, km. 214 - Fone: 209-6311 - Bonsucesso - Guarulhos

O PORANTIM PERMITE A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE TODAS SUAS MATERIAS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

DENÚNCIA

Waimiri e Sateré-Munduruku

TRANSFERÊNCIA FAVORECE EXPLORAÇÃO MINERAL

A FUNAI pretende transferir uma comunidade de 118 **Waimiri** do baixo Camanaú (AM) para mais em cima. Tudo indica que se trata de liberar a área para pesquisa e futuras explorações de minérios. Nem com a Reserva demarcada os **Waimiri** e **Atroari** encontram sossego, mas sofrem até hoje a construção da BR–174 (Manaus-Boa Vista) que corta o seu território e da presença de minérios no sub-solo. Pelos mesmos motivos, o órgão tutor vem realizando persistente esforço de transferir 115 **Munduruku-Sateré** do rio Camanaú, Vila Batista para o Baixo Madeira, contrariando o desejo expresso da comunidade que se recusa sair do local. A Equipe do CIMI–Itacoatiara fez a denúncia dessas transferências criminosas e dos reais objetivos que comandam as atitudes da FUNAI com os **Waimiri** e **Munduruku-Sateré.**

TUDO PELOS MINÉRIOS

"Desde o ano passado o sertanista Giusseppe Cravero foi incumbido pela FUNAI para "solucionar prática e concretamente o problema da presença da comunidade **Munduruku-Sateré** (da Vila Batista) no rio Camanaú" e a transferência de uma aldeia de 118 **Waimiri**, do baixo Camanaú para o Alto.

Essa ação ilegal do governo visa remover o obstáculo, limpar a região dos índios, liberando-a para um projeto de mineração e para fins de colonização, depois que foram localizadas importantes jazidas minerais pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

Desde meados de 1979 frequentes comunicações através de "fonia" entre o chefe da NAWA (Giuseppe Cravero) e o Delegado Regional da FUNAI (Kazuto Kavamoto) e os chefes de postos do rio Andirá e do Baixo Madeira e Camanaú estão preparando o terreno para a transferência dos índios da comunidade de Vila Batista.

Para que esta transferência possa realizar sem atingir o governo, já que qualquer transferência indígena exige decreto presidencial, conforme Estatuto do Índio, a FUNAI está procurando deslocar a responsabilidade da ação ilegal sobre os tuxauas do rio Andirá e do Baixo Madeira e sobre a própria comunidade **Sateré-Munduruku** do rio Camanaú.

A transferência se reveste de um caráter extremamente desleal por parte da FUNAI não apenas porque a comunidade Sateré-Munduruku, desde o início, é radicalmente contrária a esta transferência como sobretudo porque foi a FUNAI mesma que há poucos anos iniciou a transferência desses indígenas para o Camanaú e desde a época do ex-presidente Ga. Bandeira de Melo vem utilizando os **Sateré-Mawé** na frente de atração dos **Waimiri** e dos **Atroari** em novembro de 74. O próprio Giuseppe Craveiro, em relatório à FUNAI, reconhece que os **Sateré-Munduruku** foram tratados como "brinquedos".

Apesar de reconhecer os erros da FUNAI, no caso, Craveiro presta-se hoje à execução de uma ação mais errada do que a primeira contra esses índios. Ele mesmo descreve pormenorizadamente as táticas que vem utilizando para demover os indígenas da insistência de permanecer no Camanaú. Essas táticas vão desde a mentira, dizendo que a "FUNAI não tem condições de demarcar uma área ou de alargar a reserva dos **Waimiri,** favorecendo também a eles" até no aliciamento de alguns membros da comunidade para dividir o grupo e assim conseguir os objetivos do poder econômico que está pressionando por detrás a FUNAI.

MANOBRAS CAPCIOSAS

Craveiro se utiliza de índios **Sateré-Mawé,** funcionários da FUNAI para interferir nas Assembléias de Chefes Indígenas, seja no rio Andirá, seja no Baixo Madeira, a fim de que os tuxauas não apenas incentivem a saída de seus irmãos do Camanaú, mas assumam criar um ambiente de acolhimento nas áreas sob suas responsabilidades, dando-lhes o apoio que a FUNAI há mais de um ano lhes vem prometendo se desistirem das terras do Camanaú. A saber: "orientação para a escolha de um novo habitat", roças e assistência.

Giuseppe Craveiro não hesita em recorrer a motivos religiosos para quebrar a resistência da comunidade **Sateré-Munduruku:** "Expliquei – escreve Craveiro – com conhecimento de causa o que Jesus queria realmente deles: vida, saúde, obediência às autoridades e não morte, doenças e desobediências e até desacato às autoridades, tanto indígenas como daqueles que os protegem e querem salvaguardar seus interesses e o futuro de suas gerações".

Mas apesar de todas essas manobras capciosas da FUNAI os indígenas disseram "não", afirmando que "a FUNAI quer realmente tratá-los como brinquedos e saco de batatas" e que "não querem repetir o primeiro transplante". Afirmaram ainda que Craveiro e Kazuto "são estrangeiros que nos querem botar fora. Eles estão de mãos dadas com os ribeirinhos do rio Negro, preocupados com a presença dessa comunidade".

Denunciaram ainda que a área dos **Waimiri** acima do rio Curiaú está sendo invadida por civilizados e que a FUNAI não está querendo enxergar isso.

Afirmaram resolutamente que "tencionavam permanecer na área para sempre sem procurar novos habitats". Insistem em querer "conhecer os limites da área reservada para eles, para a sua caça e pesca de sobrevivência. Querem ampliar suas roças". E pedem que a FUNAI olhe com mais carinho para eles, sobretudo para as crianças que estão aumentando cada vez mais. Contudo, apesar dessa clara determinação dos índios a FUNAI prosseguiu na sua criminosa ação de transferência. No início do ano convenceu os indígenas a enviarem dois membros da comunidade para o Baixo Madeira com a finalidade de verificar ali as condições para a transferência. Imediatamente, no mesmo dia, Craveiro se utiliza da "fonia" a fim de insistir junto ao delegado regional na "necessidade de agir logo e com eficiência, aproveitando a boa vontade da comunidade".

Em sua passagem por Manaus mantiveram um encontro com o delegado regional Kazuto Kavamoto, que lhes prometeu todo apoio na transferência e afirmou ser "importante que a comunidade ocupe verdadeiras terras indígenas, pois assim a comunidade pode sobreviver", além de constituir "um meio de defender as terras indígenas". Como se vê, os problemas da comunidade indígena vão sendo deslocados imperceptivelmente.

REMOÇÃO DO ENTRAVE

Sem terem sido apresentados à comunidade dos **Munduruku** do Posto Indígena Laranjal, os dois **Sateré-Munduruku** apareceram um dia alí, jogados pela FUNAI, criando um mal-estar muito grande. Afinal, foram trazidos de volta decepcionados e "bastante chateados".

Mas a pressão está continuando e a FUNAI já efetivou a transferência de 75 membros da comunidade para o P.I. Laranjal no Baixo Madeira, região totalmente desconhecida para esses índios. Restam ainda 115 no Camanaú que vêm resistindo, mas estão sendo transferidos um após outro e dispersos pelos rios Andirá e Baixo Madeira.

Enquanto isso, para completar a remoção do entrave que representam esses indígenas para a instalação dos grandes projetos empresariais oficiais e oficiosos na área, a FUNAI já está construindo no médio Camanaú o P.I. Camanaú que agora está na foz do rio Curiaú, visando transferir 118 **Waimiri** para lá. No outro extremo da reserva **Waimiri-Atroari.** A FUNAI vem fazendo estudos para concessão de Certidão Negativa ao grupo TIMBÓ–PARANAPANEMA. Ainda no Sudeste da reserva no rio Uatumã, o governo federal e estadual em acordo assinado com o governo francês estão empenhados na construção da barragem de Balbina, que igualmente atingirá o habitat daqueles índios depredando-lhe os recursos naturais necessários à sua subsistência.

A equipe do CIMI em Itacoatiara lança esse grito de alarme à Nação, ao povo brasileiro, pedindo insistentemente a todos os organismos de apoio à causa indígena, e às comunidades eclesiais de base que se unam e ergam sua voz de protesto contra mais esse crime contra os povos indígenas tão duramente massacrados, sobretudo nessa década passada, e contra a transferência dos **Sateré-Munduruku,** comunidade Vila Batista, que viola o Estatuto do Índio".

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Voz do índio

Mekaronty exige:

Autodeterminação para Nações Indígenas.

Completa 5 meses em janeiro que ocorreu a triste morte de 11 peões pelas bordunas dos **Txukarramãe** no Parque Nacional do Xingu. Foi o auge do conflito que envolve a falta de demarcação de 40 a 50 km de área, abrangendo desde o rio Liberdade até o rio Iriri, reivindicada há muito tempo pelos indígenas. As presenças de fazendeiros e da BR-80 que corta o Parque, explicam as tensões que foram liquidando com a paciência dos **Txukarramãe.**

Até agora aguardam uma solução satisfatória que não passa ainda de palavras vazias do órgão tutor. A FUNAI, pelo visto, não pretende desativar a estrada nem mexer os interesses poderosos dos fazendeiros invasores.

Mekaronty, líder **Txukarramãe,** sobrinho do cacique Raoni, escreveu duas cartas onde analisa com toda veracidade possível os impasses vividos pela comunidade frente aos invasores e FUNAI. Mekaronty questiona em bloco a política indigenista oficial, cobra os direitos de serem os primeiros habitantes do Brasil e nos diz que "os brancos tomaram todas as terras dos índios, agora querem tomar o resto que sobrou para os índios". O PORANTIM reproduz integralmente essas cartas para se ter uma idéia de que alguma providência concreta terá que ser feita com certa urgência.

"PARQUE E ORLANDO

Orlando era Diretor do Parque quando não existia estrada e fazendas. Orlando chegou na aldeia nossa e diz para nós irmos morar dentro do Parque.
Começou mudar meu povo da terra deles. Viemos para a beira do rio Xingu.
Logo depois ele diz outra vez vem morar dentro do Parque. Nova mudança. Viemos morar na aldeia antiga dos índios Jurunas chamado Porori. Aldeia Porori não era aldeia de meu povo. Era aldeia dos Juruna como eu já disse, os Jurunas que moravam no rio Xingu. Meu povo morava no Kapoto 40 a 50 kilômetros do rio a margem esquerda do Xingu. Orlando e Claudio Villas Boas podem explicar isso melhor do que eu. Mas para vocês ter uma idéia, meu povo dominava desde rio Liberdade até rio Iriri. Hoje o rio Liberdade está abandonado, não tem ninguém morando naquele local. Não tem gente no Kapoto. Em 1967 o fazendeiro fez fazenda **Agro-Pexin** abaixo da primeira cachoeira. Meu pessoal ajudou este fazendeiro fazer esta fazenda. Orlando volta a falar com meu povo para eles mudarem da aldeia Porori para outro lugar. Fizeram nova aldeia. Em 1970 na estrada BR 080 corta o Parque. Orlando volta a falar com meu povo, diz, a estrada cortou o Parque, a terra que vocês estão morando não vai ser mais de vocês. E disse que da estrada para cima seria o Parque. Meu povo muda outra vez já com divisão da aldeia. Meu tio Raoni veio para cima da estrada BR 80 com uma parte do meu pessoal e meu tio Krumare e Kremoro foram morar no rio Jarina, perto do Kapoto e perto da fazenda Agropexin. Desde 1971 a 1975 Parque não ajudou este pessoal meu. Em 1973 para 74 pessoal pegou sarampo na estrada e levou para Jarina. Sarampo matou muita gente. Para o branco a estrada é muito bom, mas para nós não foi muito bom porque pela estrada chega doença para o índio. Desde que a estrada passou no Parque meu pessoal Txukarramãe vem brigando com os branco, para os brancos respeitarem a terra e o rio. Quando a estrada cortou o Parque os fazendeiros invadiram a parte norte da nossa terra, mas meu tio Raoni e os outros brigaram, brigaram e conseguiram mandar os branco embora. Quando nós brigamos com a fazenda Agropexin, no ano passado, nós já pediamos para a FUNAI ver a margem direita do rio abaixo da estrada. Aliás quando Olympio estava no Parque nós pedimos para ele falar com a FUNAI. E ele fez um pedido para a FUNAI por escrito. Como o Olympio, Chico também fez este pedido para a FUNAI dizendo que nós, eu meu tio Raoni, Krumare e Kremoro não iamos abrir mão da margem direita do rio Xingu abaixo da estrada BR 080. Olympio escreveu para a FUNAI, o Chico também escreveu, e nada. A FUNAI chegou na nossa aldeia para falar se vão resolver ou não. Só a promessa diz que vão ver sempre assim. Como estamos pedindo para a FUNAI demarcar o Kapoto. O Kapoto é nossa aldeia antiga. É a nossa aldeia de verdade é a nossa terra de verdade. Quem chega na nossa terra é o branco, quem invade nossa terra é o branco. Estamos morando naquela terra há muito tempo. Não temos culpa de estarem naquela terra. Já estamos aqui a muito mais tempo que vocês o branco. Por isso estamos querendo que o branco reconheça nossos direitos, respeitar nossa terra, porque o fazendeiro não divide terra com os posseiros? Porque os posseiros tem que morar na terra de Índios?

.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

01 de Novembro de 1980

Esta terra que o branco chama de Brasil era dos índios.

Vocês invadiram e tomaram conta dele. E os índios que são Verdadeiros dono dessa terra não tem direitos de ter um pedaço dessa terra.

Fazendeiro, porque só os fazendeiros tem direito de ter um pedaço de terra muito grande?
Por que o fazendeiro não divide com os posseiros?
Por que os posseiros tem que morar na terra dos índios?

Quem cria problema com os índios é próprio branco.

Os índios só se defende dos branco para sobreviver.

Quando branco mata índio ninguém fica com raiva do branco que matou o índio.

Agora quando índio mata branco tudo mundo fica com raiva do índio e diz que índio é ruim e mal. Estamos aqui para mostrar que o índio, não é mal, não é ruim. Estamos apenas defendendo o nosso direitos. **Direitos para morar na nossa terra.** Agora quero saber se a FUNAI foi criada para vender terra de índios? ou para defender terra de índios?

Por que a FUNAI vende terra de índio para os fazendeiros?
Por que a FUNAI não consulta os índios?
Sabemos que a FUNAI é um órgão do governo, por isso tem seu poder com os fracos.

Estamos aqui para falar por aqueles índios que não tiveram oportunidade de falar por eles mesmos.

Quero saber se a FUNAI foi criada para ajudar o índio ou é para acabar com a terra do índio?

Eu não concordo com o Pensamento da FUNAI de hoje, os funcionários da FUNAI, os diretores da FUNAI não querem empregar o índio como funcionário da FUNAI. No meu caso estou tomando conta de um posto no Xingu há 3 anos, como chefe do posto. E não estou recebendo como chefe do posto. Agora a FUNAI está realizando um curso para chefe do posto aqui em Brasília. É não tem nenhum índio fazendo este curso com os brancos. Acho que não é só para mim e para meu colega Moiravê que a FUNAI está fazendo isso. É com tudos os índios. Já fui conversar com diretor do DGPC e ele me disse que o índio não dá certo como chefe de posto. Disse que os antropólogos já fizeram estudo sobre isso e é por isso que a FUNAI não vai aceitar o índio como chefe do posto.

Os antropólogos falaram que as lei disse que pouco a pouco os índios vão tomando conta do seu povo. Agora volta atraz e diz isso porque os antropólogos falam isso e agora fala contra o índio?
Agora eu quero saber quem é primeiro habitante dessa terra?
É o branco? ou é o negro?
É claro que é o índio. O índio é o primeiro habitante dessa terra. Não temos culpa de estarem aqui nessa terra. Não invadimos terra de ninguém e não vamos invadir terra de outro país. Só vamos querer terra que era nossa. Que pertence ao índio.
Os brancos tomaram todas terras dos índios, agora querem tomar o resto que sobrou para os índios?
Estamos aqui para pedir mais uma vez, para que a FUNAI junto ao Governo demarcar nossas terras.
Por que a FUNAI mandou embora aqueles brancos que são amigo de índios?
Acho que o problema do índio não é só da FUNAI e não só do Governo.
O problema do índio é de todos os brancos.

.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.

INDIO MEKARONTY (TXUKHARRAMÃE) – ALDEIA KRETIRE

Kretire, 5 de setembro de 1980.

Kelle meu amigo como vai você?
Espero que esteja bem com você. Aqui não está muito bom com nós. Você já deve estar sabendo da briga do meu pessoal teve com o fazendeiro aqui na nossa terra. Você deve lembrar da margem direita do rio Xingu abaixo da BR-080, fazendeiro estava a 5 km da margem do rio. Em junho meu tio Raoni pediu para o fazendeiro parar a derrobada e sair da área, quando foi dia 8 de agosto de 1980 Moikara estava fazendo canoa perto da estrada ficou sabendo que fazendeiro tinha voltado no mesmo lugar. Meu tio estava no Posto Diauarum. Eu estava em São Paulo, Bedjai que é meu primo avisou para meu tio no Diauarum, meu tio pegou e mandou Suyá, Kaiabi e Juruna junto com pessoal meu para eles irem expulsarem os pião do fazendeiro. Mandou também bater deles e mandar eles irem embora. Aconteceu que pessoal bateu muito forte nos pião e alguns dos meus pessoal ficaram com dor dos pião e pediu que mata-se todos eles e um dos meu pessoal lembrou da morte do pai de Bedjai pelo pião da fazenda, e falou assim, quem matou pai do Bedjai? Porque nós vamos ficar com dor de karaíba? vamos matar todos foi assim que aconteceu é porisso que pessoal meu mataram aqueles pião da fazenda. Agora os fazendeiros aqui perto da nossa reserva estão bravo com nós. Você sabe que nós índios não temos nenhum jornal que fala a verdade de nós, não temos televisão para falar a verdade da nossa terra, do nosso problema, do nosso direito para o povo do Brasil. Acho bom agora o filme que vocês fizeram com meu povo. No filme meu tio Raoni já fa lava, já avizava para o branco. Não pode entrar na minha terra, o filme Raoni foi muito bom só este filme fala de nós. Agora vamos ver se os branco respeita a terra de índios e vamos ver se a funai demarca logo terra de índio. Depois da briga o presidente da funai já esteve aqui em Kretire e nós fizermos alguns acordos com ele os chefes e lideres de Jarina o Kremoro, Krumare, Meure, TOKOKRAN e PATOT FILHO DO Kremoro não querem que a estrada passe perto da aldeia deles, e pediram para a funai que a estrada continuasse no mesmo lugar. E pediram em troca da estrada um pedaço de terra ligandoa aldeia de Mecranoti e aldeia do Kokraimoro, que estes aldeias são os mesmos nossos aldeias. São ALDEIA KAIAPÓ com mesma ligúa e mesmo costume. Outro demarcar 15 km a margem direita do rio abaixo da estrada BR–080. OUTRO, SE CRIAREM POSTO DE VIGIRANCIA NA ESTRADA para funai tomar conta da Balsa. Outro SE NÃO FOR POSSÍVEL LIGAR terra Mecranoti e KOKRAIMORO DEMARCAR TODO O KAPOTO PARA NÓS. KAPOTO É ALDEIA antigo do meu POVO. NADA DISSO saiu no JORNAL, NADA QUE meu pessoal falou não saiu no JORNAL.
É porisso que eu digo, não temos Jornal que fala a verdade de nós. Nós índios queriamos que o povo da CIDADE fique sabendo do nosso problema. Desde que esta estrada cortou a nossa reserva sempre temos problema com o branco, que foi esta estrada que trosse os fazendeiros perto de nós.
Agora tem muito fazendeiro que não gosta de nós, diz que índio é preguiçoso, ladrão é bicho. Agora eu tem a resposta para estes fazendeiros, 05 Fazendeiro que são esprorador, ladrão de terra roba dinheiro do pião e os pião ajudam ainda eles ficarem com raiva de nós. Eu sempre digo para a funai tem que demarcar terra de índios porque ai não tem mais problema com o fazendeiro e ne com poceiro. A funai esta querendo botar policia militar aqui na estrada. Agora esta na hora de vocês ajundar nós. Vocês que conhece nós aqui no Xingu, peço para vocês falarem no Jornal ou botar esta carta minha no Jornal, pelo menos Jornal de outro Pais para ajundar nós. Kelle tudo isso esta acontecendo com nós, como eu já disse que não temos Jornal, e ne televisão para falar a verdade de nós índios. outro parente nossos esta com o mesmo problema que é Gorotire, o Gorotire é nosso parente fazendeiro e Garimpeiro estão invadindo as terras deles tudo isso é curpado da funai que demora tanto para demarcar a terra deles. lá tem 4 aldeia, Gorotire, KUBENKRANKEM KOKRAIMORO E KIKRETUM. Jornal DIZ que eles mataram mulheres e crianças. Eu não gostei muito porque mulher e criança não tem CULPA, mesmo marido e pai dessas crianças. Podia ter matado é o fazendeiro não empregado. Mas o fazendeiro não mora na fazenda. É só isso que eu tenho para você, Eu não sabia que você tinha viagado fiquei sabendo agora atravez de Pierre. Pierre está aqui na nossa aldeia também para ajudar nós, a funai não gostou que ele viessem aqui, as meu tio Raoni convidou ele vir aqui. Meu abraço para você e Tabi ou SAMBI

SÓ PARA VOCÊ FIQUE SABENDO NASCEU OUTRO MENINO MEU. JÁ TEM 1 MÊS.

Carta de MEKARONTI (MEGARON) TXUKAHAMÃE, sobrinho do Chefe Txukahamãe RAUNI. Do Pôsto Indígena Kretire (Aldeia KRETIRE) – Parque Indígena do Xingu – MT.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

POLÍTICA INDIGENISTA

I Encontro do Parque Indígena do Xingu

GADO da FAB e PARASAR Devem sair do PIX.

Aconteceu em Brasilia o I Encontro do Parque Indígena do Xingu (PIX), promovido pela FUNAI que convidou pessoas como José Olympio Serra, ex-diretor do PIX, e Carmen Junqueira, antropóloga.

Durante os dias 11 e 12 de novembro/80 várias comissões discutiram os principais problemas do Parque e sugeriram medidas concretas para solucioná-los.

Segundo palavras do Cel. Ivan Zanoni em Manaus, o Encontro do Xingu é apenas o primeiro de uma série de reuniões que abrangerá os Parakanã, os Kayapó, os Yanomami onde serão chamados todos aqueles elementos direta ou indiretamente engajados no assunto. Estamos frente a nova estratégia do tutelar de dividir as responsabilidades da política indigenista com outras entidades, com governos estaduais, prefeituras, Projeto Rondon, as missões e o diabo, se assim for possível. Por outro lado, é uma técnica de adiar a resolução dos problemas básicos dos povos indígenas. De fato, em relação ao Xingu por que a FUNAI não providenciou a retirada da FAB e PARASAR que provocam sérios prejuizos as comunidades indígenas?

Os estrategistas da FUNAI, Ivan Zanoni, respondendo as exigencias dos antropologos, dizendo o seguinte: "Imagine que nós tivemos uma reunião do Xingu que os antropólogos propuseram que a FAB saisse ora se nós tiramos também a FAB da área indígena, o suporte logístico todo vai ser comprometido. Eles acham que a FAB prejudicou o índio, mas se nós vamos adotar uma linha destas e achar que a FAB prejudica o índio não há como assistir o indio". Parece que não vai adiantar palavras bonitas nos relatórios dos Encontros se a FUNAI não manifesta disposição de mudar situações claramente desfavorável aos indígenas, como é o caso da FAB, com suas criações de gado, no Xingu.

Poderá a FUNAI impedir os efeitos danosos da hidrelétrica de Tucuruí que inundará o território dos Parakanã? Há limites claros nesses diálogos com entidades civis e religiosas interesadas na causa indígena. O Cel. Zanoni afirma que quer engajar toda a sociedade na plítica da FUNAI para resolver o problema do índio. Acredita que os fazendeiros devem ser consultados para solucionar as tensões nas áreas indígenas. A estadualização que ora se implanta, com toda uma máquina de propaganda pró-FUNAI, significa diluir a responsabilidade do órgão tutor que dessa forma não fica sozinho na linha de fogo dos desastres da política indigenista oficial. A FUNAI quer colocar outros protagonistas e ficar rindo de camorote quando ver todo mundo enredado e enrolado nas teias da política indigenista oficial.a área ao norte da BR-080, levando em conta os legítimos direitos da comunidade **Txukarramãe"**. Outras comissões também sugeriram uma inadiável solução ao problema da definição da área do PIX conforme as reivindicações dos **Txukarramãe**. Aqui tocamos em outro limite do alcance desse Encontro do tocante a solução dos problemas indígenas. A morte de 11 peões foram decorrência da política da FUNAI que deixou de fora terras pertencentes aos indígenas.

Após o conflito fez promessas e há vários meses não cumpre. Ao invés disso, realiza um Encontro para ouvir de novo o que já sabe. Enquanto isso, os fazendeiros continuam firme e forte nas terras indígenas.

LÓGICAS INCOMPATÍVEIS

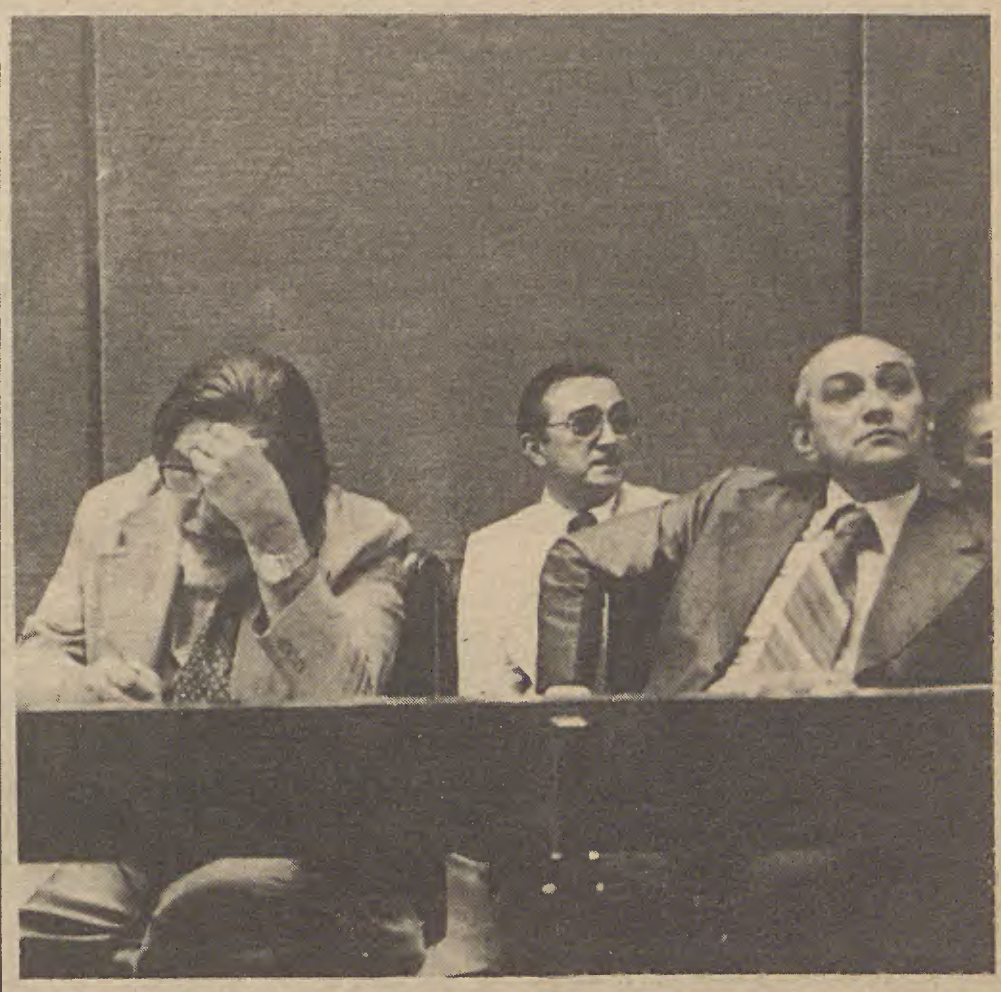
É uma prática comum da FUNAI apressar a integração dos povos indígenas na sociedade envolvente através da introdução ou reforço de atividades econômicas que desintegram a economia de subsistência indígena. Os projetos econômicos da FUNAI são mais pacotes pré-planejados que obrigam os indígenas a produzirem numa escala empresarial matérias-primas (borracha, por exemplo) ou bens de consumo (artesanato). Com essas inovações, que criam dependências externas irreversíveis a FUNAI decreta o fim da estrutura social indígena.

A Comissão de Aspectos Comunitários tenta compatibilizar duas lógicas muito dificéis de se harmonizarem: economia de mercado e a economia de subsistência indígena. A primeira tende a devorar a segunda. Mesmo assim, a Comissão sugere que as mudanças econômicas devem "dirigir-se não a uma produção em escala empresarial. mas à criação de uma economia de subsistência capaz de produzir excedente para o mercado, destinados a aquisição dos bens indispensáveis, o que significa a transição para uma economia de tipo parcilamente Camponês". A teoria é muito elegante e simpática. mas as condições de realização dessa proposta pela tutora infiel é outro departamento, como se vê. A grande maioria dos projetos econômicos da FUNAI em área indígena estão bem longe da proposta apresentada.

Segundo o coronel Nobre da Veiga "o índio não manda na FUNAI! A Comissão de Aspectos Sócio-Culturais e Político coloca a necessidade de envolver mais os índios "no próprio funcionamento do PIX e na realização de uma política indigenista", pois na medida em que "a administração envolve menos os índios, é inevitável uma maior procura dos outros agentes para suprir não somente as necessidades materiais, mas também para aprender sobre o mundo dos brancos".

Até hoje os povos indígenas são meros objetos da política indigenista oficial e nunca dela participaram, tudo já vem pronto de Brasília.

Muita gente deve estar perguntando: Será que a FUNAI vai levar em consideração as propostas apresentadas no Encontro ou vai deixar tudo como está? ou vai fazer a seu modo? E bom lembrar que a maneira do tutelar resolver os problemas implicam em conciliação com os interesses dos fazendeiros. Finalmente, não será esse encontro e os outros que virão, apenas um expediente de propaganda, visando alimentar a ilusão de que o órgão tutor vai fazer algo em benefício dos povos indígenas? Como passar do deve ser assim ao plano da realidade efetivada? Os rumos da política indigenista oficial entram limites impostos pela consiciência e luta indígena, primeiramente, mas também na capacidade de desmascarar o que é impostura e exigir atos concretos ao invés de meras palavras, o que também é função de quem está solidário com a causa indígena.



Assessores da FUNAI preocupados com tudo menos com os povos indígenas. (Foto: Marco Antônio Mendes SBI)

Comprometa-se com a *LUTA* indígena, assinando o PORANTIM. Fazendo 5 assinaturas garantimos a sua.

PORANTIM ASSINATURA ANUAL

Assinatura de ... / ... a ... / ...

Nome ...

Enderêço ...

...

CEP ... Cidade ... Estado ...

Assinatura anual simples Cr$ 500,00 Apoio Cr$ 1.000,00

Exterior US$ 20.

Pagamento: Vale Postal ou cheque a:

CIMI – PORANTIM CP 58041 – 01397 – S.PAULO

POLÍTICA INDIGENISTA

Funai usa universitários para espionagem

Indiferente às críticas, a FUNAI já está fazendo funcionar o SAI, Sistema de Informação sobre Áreas Indígenas, em convênio com o Projeto Rondon, utilizando universitários para a coleta de informações. Conforme nota do CIMI, os objetivos do SAI são "muitos vastos, indo desde a busca de informação de todo o tipo passando pela fiscalização das missões em área indígena até chegar a meta de "pacificação" dos povos indígenas". Os técnicos do Ministério do Interior, encarregados da implantação do SAI/PROJETO RONDON em Manaus, desencavaram a surrada versão do desconhecimento dos aspectos políticos dessa sistemática, prendendo-se aos objetivos puramente técnicos de coleta de dados para uma "ágil alimentação" do Sistema. Conveniente "desconhecimento" que serve de biombo onde se escondem os reais objetivos desse Sistema no contexto da política indigenista da FUNAI.

PALAVRA DE ALERTA

"O CIMI–Norte I vem denunciar e alertar especialmente os universitários amazonenses sobre o sentido da vinculação FUNAI/PROJETO RONDON, uma vez que uma equipe de "rondonistas" da Universidade do Amazonas já passou pela fase de treinamento e está se dirigindo para as áreas indígenas do Alto Rio Negro e Alto Solimões. O objetivo da FUNAI é instrumentalizar os universitários para coletar informações, seletivamente escolhidas, necessárias ao funcionamento do bem organizado "Sistema de Informações sobre Áreas Indígenas" (SAI).

O SAI é um setor dentro da FUNAI que irá complementar as atividades do Serviço Nacional de Informação (SNI) e o Conselho de Segurança Nacional (CSN), aparelhos repressivos do Estado brasileiro que vêm desenvolvendo ação intensiva na FUNAI com intuito de conter o avanço das lutas indígenas no Brasil.

O SAI, fazendo parte da chamada "comunidade de segurança e informação" é uma resposta do órgão tutor aos recentes conflitos envolvendo índios-posseiros -fazendeiros onde ficou manifestada a disposição aguerrida dos povos indígenas em defenderem seus territórios invadidos e mais uma vez ficou patenteada a cumplicidade da FUNAI com a manutenção de uma estrutura agrária baseada na acelerada concentração da propriedade nas mãos de uma minoria nacional e estrangeira. Este processo de concentração da terra produz a expulsão dos posseiros e a expropriação das áreas indígenas, invadidas por fazendeiros e posseiros sem terra".

A Sociedade Brasileira de Indigenistas - SBI - realizando uma leitura política do SAI, destaca que o "principal objetivo do SAI é o de fornecer informações sobre as pessoas que atuam junto às áreas indígenas, principalmente no tocante a estrangeiros, a fim de evitar que essas pessoas desenvolvam um trabalho em favor dos povos indígenas".

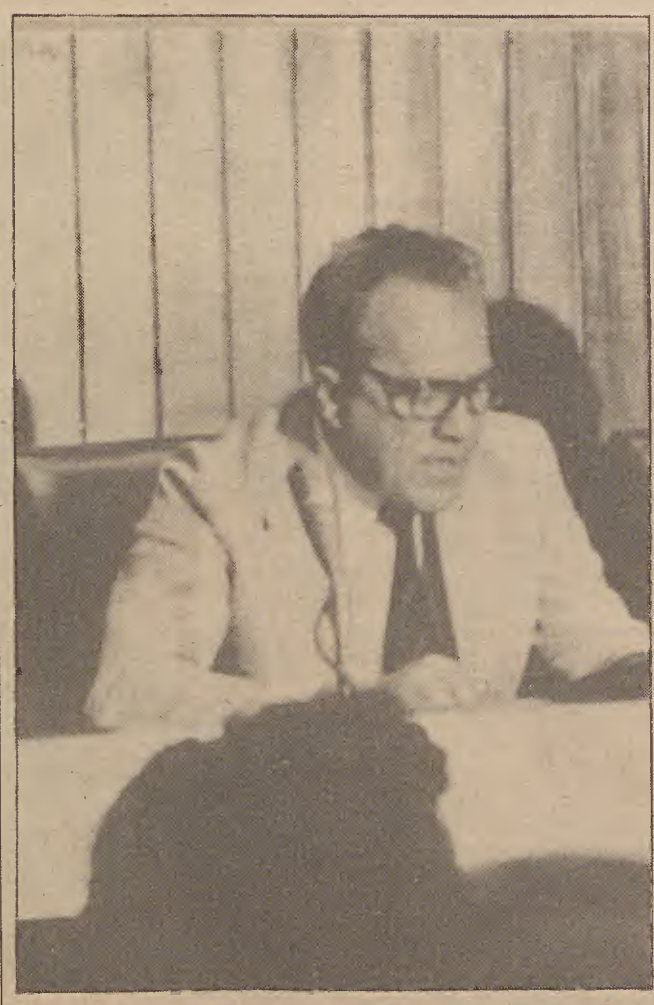
A SBI analisa que "enquanto a FUNAI demitiu nos últimos seis meses mais de 52 indigenistas entre eles sertanistas, antropólogos, médicos, professores, etc, proibe a entrada de antropólogos e pesquisadores nas áreas indígenas, proibe a saída dos líderes indígenas de suas aldeias, que seriam as pessoas mais indicadas para apresentarem suas reivindicações e informações a FUNAI, este mesmo órgão manda centenas de universitários para áreas indígenas, sem nenhum preparo, sem os cuidados adequados para evitarem a transmissão de doenças aos povos indígenas". Os indioenistas alertam sobre os graves erros que os universitários poderão cometer contra os povos indígenas, apesar das boas intenções.

"PACIFICAÇÃO" DA FUNAI

Segundo os técnicos do MINTER, "o trabalho (dos universitários) será mais técnico que acadêmico, tendo uma certa semelhança com o recenseamento do IGBE." Mesmo querendo isolar os objetivos do SAI aos aspectos técnicos, o treinamento prevê uma visão específica sobre as formas de contato com a realidade indígena, desconhecida pela maioria dos universitários. Aí se trai a ideologia escondida sob a capa tecnicista. De fato, o tutelar quer que os universitários nesses contatos levem uma mensagem de "pacificação". Em outras palavras que tentem "acalmar" as lutas indígenas com promessas de solução, mostrando que o tutelar tanto se interessa pelos indígenas que está fazendo um levantamento geral dos seus problemas.

No Teste preliminar de implantação do SAI, realizado pelos universitários no Parque Indígena Araguaia, Ilha do Bananal, a "aceitabilidade da comunidade indígena foi a mais apática possível. O relatório da FUNAI menciona que "há pre-disposição, apatia ou descrédito da comunidade em relação às coisas que vêm de fora (órgão ou instituições) talvez já por saturação, dados os constantes levantamentos e promessas que lhe são feitas". Pois é disso se conclui que o único beneficiado dessa experiência foi o universitário.

Os universitários não estão devidamente preparados para servirem de intermediários da sociedade brasileira no contato com os indígenas. O relatório da FUNAI reconhece que é necessário uma longa convivência com os povos indígenas a fim de melhor conhecer os seus problemas e agir adequadamente. Portanto, o treinamento não poderá suprir a falta de preparo da maioria dos universitários.



Coronel Da Veiga expondo os planos estilo Golbery, transformando os universitários em agentes 007.

VELHOS PROBLEMAS

A FUNAI pretende que os universitários adquiram "uma consciência de responsabilidade social diante a realidade indígena". E, de quebra, que o cuidadoso recrutamento e seleção dos universitários poderá contribuir para um reforço da estrutura do órgão tutor, com uma "renovação do seu quadro técnico com pessoal já sensibilizado e motivado". Uma espécie de triagem ideológica, semelhante a que existe nas universidades, uma vez que a demissão de 52 funcionários da FUNAI implica agora numa filtragem mais seletiva do pessoal que ingressa na FUNAI. O critério básico deve ser a disciplina a-crítica.

Na Ilha do Bananal os Universitários constataram que a FUNAI é bastante responsável pela situação dos **Karajá** e **Javaé** que estão "em vias de degradação total", segundo o próprio órgão tutelar diz. O relatório sugere que a FUNAI tenha uma "ação energica no que se refere a criação de gado, nas áreas indígenas"; "ação enérgica de combate ao comércio exploratório e depredatório junto às áreas indígenas". Ação energica na demarcação das terras e contenção dos invasores. Toda essa situação é sabida há muito tempo e próspera graças a ausência de uma ação enérgica, reclamada pelo relatório. Eliminar a criação de búfalos na ilha, a existência de uma casa de veraneio particular. Esses problemas são velhos e persistem pela omissão da FUNAI em resolvê-los.

Os povos indígenas já estão cansados de levantamentos e pesquisas que não levam a resultados concretos. Desconfiam justamente que essas informações irão dormir nos arquivos do esquecimento do órgão tutor. Os universitários, infelizmente, receberão a culpa e dividirão uma responsabilidade imerecida de compartilharem da política indigenista oficial. Muitos não sabem a extensão do envolvimento com um órgão tão comprometido com interesses hostis aos povos indígenas e que estarão contribuindo para "salvar" a imagem da FUNAI, bastante condenada em razão de sua prática anti-indígena.

Dias Contados

Como naquele tempo,
também hoje foi decretado
um recenseamento
de toda a terra
e toda a gente.
O que conta realmente
neste sistema de
produção e mercado
é a dívida externa
e o pasto do gado.
(Se este tivesse malária,
já seria erradicada).
Não foram recenseados
os cemitérios aos cuidados
dos pelegos imperiais
de todos os tempos:
Herodes e Eichmann,
McNamara e Pilatos.
Depois dos massacres
pedem mil desculpas
por sua ignorância
e pela corrupção
do "espírito da época".
Em qualquer charco
lavam sua mão branca
das manchas do genocídio
que administravam.
Os dias dos povos restos,
indígenas aborígenes,
ainda não integrados
no império e na favela
já são contados.
Como naquele império,
em nome de sei lá que
segurança multinacional,
os bisnetos de um marechal
(congregados no Projeto Rondon)
feito herói civilizador,
são enviados às aldeias
para contar os sobreviventes
do vestibular civilizatório
e do naufrágio provocado
pelo dilúvio mercantil.
Não foi registrado
o triunfo sofrido
do Rio das Cobras,
ainda dia útil
de trabalho pesado.
Foi silenciado o grito
dos túmulos enfeitados
com o Estatuto de Índio
feito flor de papel,
marcados com os letreiros
de Ângelo Kretã e companheiros:
"Brasil dos tutores,
não conte mais comigo!"
Os dias dos povos restos,
indígenas aborígenas,
ainda não integrados
no império e na favela
já são contados.
Como naquela civilização,
a mesma ordem do progresso:
"Morrer se preciso for,
integrar sempre!"
Companheiro estudante
não seja cumpridor
tão eficiente de
teu recado mortal.
Tua missão não cumprida
nos dá a margem estreita
para ganhar essa causa
na última instância
da frágil esperança do Tucunaré
roendo a linha do anzol
que engoliu.
Se a civilização
nos custa a vida
e o capitalismo
a fraternidade -
a quem mendigar
a sobrevivência?
Onde nascerá
O príncie da Paz
nesta violência
dos dias contados
e depois da
terra perdida?
Os dias dos povos restos,
indígenas aborígenes,
contados integrados
já exterminados

Paulo Suess, Natal 1980

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

REPORTAGEM

Cretã lembrado no Tribunal Russell

Agora em janeiro, o cacique **Kaingang** Ângelo Cretã completou um ano de morto. Até hoje o Governo brasileiro não fez Justiça ao povo **Kaingang,** pelo contrário, apesar de todas as evidências do crime, faz de conta que nada aconteceu e os assassinos continuam impune. No dia 1º de janeiro deste ano, um dos líderes do povo **Guarani** Noberto de Paula, conhecido também por Paraguaio veio a falecer em consequência de um "acidente automobilístico", ocorrido na mesma rodovia BR-469, onde Cretã foi assassinado. A FUNAI esclarece: "defendemos a tese do acidente".

Os **Kaingang** e os **Guarani** vivem e convivem no posto indígena de Mangueirinha do Estado do Paraná, Sul do Brasil. A gritante situação desses povos mereceu tamanha atenção do IV Tribunal Russell.

TENSÃO

Ângelo Cretã foi morto porque reivindicava junto com seu povo o direito de viver em liberdade nas suas terras. Dizia ele que "quando os Slaviero entraram no melhor de nossas terras, em 1963, nós fomos despojados à força, levaram muitos de nós presos, destruiram nossas plantações, mataram os animais e fizeram que nós índios, nunca, fizemos. Tudo isso foi feito com ajuda do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Os Slaviero chegaram a comprar o meu irmão, dando para ele uma micharia de indenização, mas eu e muitos outros, eles não conseguiram dobrar e eu jurei que se um dia eu mandasse, nós íamos prá lá, mesmo que custasse o sangue de alguns de nós. Enquanto tiver vida num **Kaingang,** nós resistimos". (Porantim nº 16).

Hoje, a situação dos povos **Kaingang** e os **Guarani** da Reserva de Mangueirinha está cada vez mais tensa. Suas terras serão inundadas pelas águas das hidrelétricas construidas pela ELETROSUL, parte do seu Território tem sido entregue sistematicamente as empresas particulares como é o caso da companhia Slaviero & Filhos, SA; que pretende destruir aproximadamente entre 120 mil e 170 mil espécie de Araucária brasiliensis, árvore que produz o pinho, que é a base da alimentação desses povos.

Esta situação de assassinato e corrupção teve seu ponto alto na parcialidade do juiz Lício Bley Vieira que entregou "por vias legais" as terras indígenas à firma Slaviero & Filhos SA., provocando até mesmo na FUNAI uma atitude enérgica, recorrendo ao Tribunal Superior de Recursos, que por sua vez tem protelado a sentença.

ACUSAÇÃO

O IV Tribunal Russell realizado em Rotterdam nos dias 24 a 30 de novembro do ano passado estudou com muita atenção o caso de mangueirinha, que teve por acusador Wilmar Rocha D'Angelis, coordenador do CIMI–Sul, por sinal muito bem documentado. Os acusados foram a FUNAI, Slaviero & Filhos SA., ELETROSUL, Governo do Estado do Paraná, Brasil.

No seu informe conclusivo o Tribunal considera a situação dos povos **Guarani** e **Kaingang** como exemplos das lutas enfrentadas pelos indígenas do sul do Brasil. Afirmam os jurados que a ação do Governo brasileiro tem sido a de despojar sistematicamente as sociedades indígenas de seus recursos básicos que são indispensáveis para garantir sua existência, em termos biológicos e como sociedade com uma forma de vida distinta e uma cultura própria, praticando desta feita uma ação etnocida e genocida.

O documento declara também que o Governo brasileiro ao permitir a construção dos projetos das hidrelétricas em condições incompatíveis com o respeito que merece a vida e os direitos dos povos indígenas da Reserva de Mangueirinha, tem violado os princípios Constitucionais, os Convênios Internacionais dos quais o Brasil é signatário e até mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Repúdio ao Banco Mundial no caso Nambikuara

Notícias de Rotterdam, Holanda, afirmam que o Banco Mundial através do capitalista Robert S. McNamara interpelou os organizadores do IV Tribunal Russell, a fim de investigar as correspondências mantidas entre o Tribunal e a Comissão de defesa do povo Nambikuara, com propósito de salvaguardar a imagem "filantrópica" do banco.

O Banco Mundial assim como o governo brasileiro foram condenados no Tribunal Russelll por desrespeito aos direitos da Nação **Nambikuara,** merecendo um repúdio internacional pela política etnocida levado a cabo.

REDUÇÃO

O "caso nambikuara" teve por acusador Vincent Carelli, membro da Comissão de Defesa do Povo **Nambikuara,** da qual Dom Tomás Balduíno, vice-presidente do CIMI também é membro. Esse povo habita o Vale do Guaporé, ao Noroeste do Estado de Rondônia e sua população encontra-se reduzida aproximadamente a 800 pessoas das 20.000 que existiam no começo do século.

O território dos **Nambikuara** vem sendo reduzido sistematicamente dificultando desta forma a sobrevivência e a locomoção deste povo, que apesar de muito lutar em defesa de suas terras não conseguiram freiar os projetos de colonização estimulado pelo Governo na Área Indígena. Esses projetos tem possibilitado a transferência compulsória dos **Nambikuara** de suas terras férteis para áreas improdutivas, favorecendo unicamente os proprietários dos projetos agropecuários.

O povo Nambikuara tem sido perseguido constantemente e quando resistem sofrem todos os tipos de ameaças e passam a ser vítimas do terror dos fazendeiros, sofrendo na carne as consequências do "Agente Laranja", produto químico usado pelo imperialismo americano contra os soldados vietnamitas.

No que diz respeito a Saúde os **Nambikuara** encontram-se abandonados sem a menor assistência do órgão oficial "responsável", a FUNAI. É verdade [illegible] muito tempo a FUNAI não vem se preocupando com os povos indígenas, pois tem ignorado quase por completo a demarcação de suas áreas, preocupando-se muito mais com a sua nova imagem forjada nos porões da "Casa Grande" em Brasília.

Os *Nambikuara* vencido pela invasão sistematica da estrada financiada pelos dólares do Banco Mundial. (Vincent Carelli)

MUNDIAL

Essa nova imagem defendida pelos militares da FUNAI coaduna-se com os interesses do **Banco Mundial** que aliado [illegible] governo brasileiro está financiando o desvio da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), beneficiando prioritariamente os fazendeiros da região.

A repercussão desse crime continua encontrando resposta internacional. A importante "American Anthopological Association", que congrega os antropólogos norte-americanos, no dia 5 de dezembro de 1980 fez uma Moção de apoio ao Povo Nambikuara e condenam a política do Banco Mundial, financiando projetos etnocidas e genocidas em áreas indígenas. A Associação acusou o Banco Mundial de compartilhar da política anti-indígena do governo brasileiro.

A Comissão de Defesa dos **Nambijuara** considera a construção da rodovia uma violência terrível, pois vem ferir frontalmente esse povo, violando o seu território tradicional, promovendo o extermínio. Por isso a Comissão propôs um traçado alternativo que respeita as terras do povo **Nambikuara.** Exige também que sejam demarcadas as terras e assegurada sua soberania, pois enquanto os povos indígenas forem vistos como "inimigo do progresso" não haverá a paz almejada.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

REPORTAGEM

Kulina e Kaxinawá

União e Liberdade Ameaçadas Pela Funai

A situação dos Kulina e Kaxinawá no Alto Purús, depois de um período de reconstrução de identidade cultural e organização unitária, se encaminha agora para um retorno ao passado. O CIMI Regional da Amazônia Ocidental localiza a raiz dos problemas na péssima atuação do chefe de posto, José Luiz Alves de Souza, que parece já ter sido expulso da FUNAI. Mas José Luiz não está sozinho, os comerciantes, os seringalistas, a sociedade envolvente conspira fortemente para ver os Kulina e Kaxinawá retornarem ao estado de desagregação social e cultural em que viviam e, principalmente, a quebra da unidade nascente.

No final do mês de setembro, os Kulina da aldeia de Maronawá açoitaram com couro de anta o gerente da fazenda Sobral e seu companheiro Adriano. Foi uma atitude de autodefesa, pois antes esses senhores tinham espancado covardemente um índio a quem haviam embriagado. Este gesto prova que não será muito fácil desmontar as conquistas no caminho da Autodeterminação realizada pelos Kulina e Kaxinawá.

SITUAÇÃO ATUAL

Em 1976, quando chegaram missionários, os Kaxinawá eram um total de 30 pessoas, no Alto Purus, assim espalhados: duas famílias no seringal Triunfo (próximo ao seringal Fronteira); 2 famílias no Fronteira, morando na margem do rio Purus e 3 familias morando no centro desse mesmo seringal. Como seringueiros, perderam totalmente suas tradições tribais.

Na aldeia não faltava cachaça e festas com toca discos; aos fins de semana, feriados ou a qualquer hora que chegasse uma turma de brancos pedindo festa. Lógico que o maior interesse dos brancos era a bóia (comida) e as mulheres dos Kaxinawá. Não passava um motor ou marreteiro que não parasse umas horas ou dias no porto, pois como eles diziam, os caboclos são bons e sempre existe algum principio (borracha) para se trocar.

Os **Kulina** eram tratados como caboclo brabo que não falam português e andam pintados. Os **Kaxinawá** evitavam o contato com os **Kulina** para não correrem o risco de serem identificados como índios.

A partir de 1977, após a primeira Assembléia realizada na Fronteira entre os **Kulina** e **Kaxinawá** as coisas começaram a tomar um novo rumo. A partir de então surgiu uma forte amizade entre as três aldeias (duas dos **Kulina** e uma dos **Kaxinawá**), se visitando mutuamente. Cachaça e festas dos brancos diminuiram, os Kaxinawá começaram a falar a língua aos poucos e a união sobre a defesa da terra foi crescendo a olhos vistos.

Em 1978, realizou-se mais uma Assembléia em Santo Amaro, agora com decisões bem concretas e marcantes, união de todos, inicio dos piques (demarcação da terra por conta própria) para segurar os limites da terra, recusa da proposta da FUNAI de dispor de três áreas separadas para os índios e afirmação do desejo de uma única área para os dois povos. Marcante união foi registrada entre **Kulina** e **Kaxinawá**, a decisão de reunir os parentes espalhados.

Em fins de 79 começam a chegar mais famílias e se realizam as primeiras danças tradicionais dos **Kaxinawá** na aldeia do Fronteira. Iniciou-se a reestruturação da aldeia, bem como de um povo que passou muito tempo praticamente inexistente. Os **Kaxinawá** que moravam no Peru, ou no Santa Rosa ainda conservam grande parte de suas tradições e foram estes que ajudaram o pessoal do Fronteira a se reestruturarem novamente como povo.

MARCANTE UNIÃO

Aos poucos os Caxi (Kaxinawá) começam a se preocupar em vender o produto (borracha) em Sena Madureira para se libertarem da exploração dos marreteiros. Organizou-se uma cooperativa que permitiu armazenar o produto para ser vendido em Sena Madureira por melhores preços e comprar mercadorias mais baratas.

Em abril de 1980 a situação do povo **Kaxinawá**, com umas 150 pessoas estava nessa caminhada: uma forte união entre os tuxauas, surgem lideranças – cooperativa, farmácia e escola. Marcante união pela terra, controle da área, volta as suas tradições. Cachaça e festas estavam diminuindo. Um povo caminhava lentamente para a sua independência econômica e se auto-afirmando como povo rumo a sua libertação do jogo dos brancos.

REVIRAVOLTA

Em abril de 80 chegou no Fronteira um funcionário da FUNAI, de nome José Luiz Alves de Souza, para instalar o tal de posto indígena da FUNAI entre os **Kaxinawá** (PORANTIM nº 23). Hoje, a situação dos **Kaxinawá** é lamentável, o chefe de posto em menos de 3 meses de permanência na aldeia saiu e a situação é esta:

– Separou as famílias. Reintroduziu o vício do paternalismo, passando tudo sob seu controle. Os índios estão com grandes dívidas que vão até de 16 mil cruzeiros por família. Não há produto, pois os índios tiveram que trabalhar a fim de construir a casa do chefe de Posto, a casa do enfermeiro, iniciaram a construção de um barco para o chefe de posto fazer suas viagens com mais comodidade. A liderança está dividida, pois um dos tuxauas abandonou a aldeia, indo abrir outra colocação mais embaixo e está esperando uma cooperativa para ele, segundo promessa do chefe de posto.

A cachaça está voltando, embora com a proibição feita. Em agosto foi enviada uma carta ao chefe da Ajudância da FUNAI no Acre onde se relatava todas as irregularidades praticadas pelo chefe de posto e se pedia sua retirada. A carta não foi levada em consideração e mais uma vez os indígenas estão sofrendo as consequências de sua tutora irresponsável.

Para se ter uma idéia melhor dos desastres provocados pelo Zé Luiz basta recordar o que esse funcionário fez após a surra que os Kaxinawá deram no gerente da fazenda Sobral e no seu companheiro Adriano. Segundo o tuxaua Mário, Zé Luiz aprontou um abacaxi.

O Zé Luis, que já tinha sido expulso pelos índios Kaxinawá da aldeia Fronteira, viu a oportunidade de agradar os índios, tirando os brancos da área indígena. Ao subir até Maronawa, o José Luiz mandou os índios tocarem fogo nas casas dos moradores do Sobral, apelo ao qual os indígenas se recusaram. Então, Zé Luiz invadiu o barracão da fazenda Sobral e distribuiu todo o material aos índios, depois ainda destruiu todo o barracão e as ferramentas, material para enxerto de seringa foi tudo jogado fora.

José Luiz ainda falou para os índios trancarem o rio e impedirem a passagem de qualquer tipo de embarcação, forçando os **Kaxinawá** a ocuparem as colocações (estradas de seringa), abandonadas. Quando José Luiz ia baixando o rio, amedontrava os moradores, criando um verdadeiro tumulto entre os brancos.

Os Kaxinawá, ao saberem das mentiras e da situação dos moradores ficaram revoltados, pois o chefe de posto da FUNAI desrespeitou a autoridade indígena, uma vez que os próprios índios decidiram não aceitar a área de reserva proposta pela FUNAI. E fizeram uma reunião comunicando a todos os moradores que podiam ficar morando nas colocações até que a terra fosse demarcada.

Neste momento é preciso a presença efetiva de alguém na aldeia dos **Kaxinawá**, para se evitar o risco de os índios terem paralizada a caminhada que vinham fazendo desde 76.

CIMI Regional Amazônia Ocidental.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA LIBERDADE CEDEM

REPORTAGEM

Kulina e Kaxinawá

Surra de Couro de Anta na FUNAI

Os tuxauas dos **Kulina** e **Kaxinawá** fizeram uma gravação em fita cassete relatando a triste situação desses povos quando mal começava a brilhar uma forte esperança de reconstrução da identidade cultural, a busca da Autodeterminação. De repente, surge uma ameaça de por abaixo todo um trabalho de soerguimento de um povo que caminhava para sua libertação. Uma visão implacável das falhas da FUNAI e a compreensão clara dos impasses e problemas criados, no entanto, nos indicam que nem tudo está perdido, muito pelo contrário, a esperança não morreu.

O PORANTIM reproduz a voz do índio e exige uma solução verdadeira dos problemas levantados.

Mário - Tuxaua Kaxinawá - "Toma cuidado disso, se você não tomar cuidado, os índios aqui tão se virando com eles, viu, agora vocês aí não tão ligando por nada, vocês quer que os índios morre aqui sem ter recursos. A FUNAIA que tem recurso, pouco tão ligando para os índios, o que você é? O Chefe do Acre, você tá aí para resolver todo o problema dos índios que há aqui na mata. Então de qualquer maneira nós tem que se agir, agir pelo chefe do Acre, da Ajudância do Acre, que você tá aí pra resolver todo o problema dos índios. Agora, os índios aqui lutando só, revolução danada com esse pessoal. Entonce agora eu quero ver se a FUNAIA é pros índios, ajudar os índios, agora, num ato desse porque a FUNAIA está aí? Estão comendo e bebendo a custa dos índios, por que os índios aqui estão lutando sozinhos? Parece que não existe a FUNAIA, parece que não existe presidente da FUNAIA, nem Ajudância do Acre, vocês tão aí pouco ligando. Vocês estão aí comento e bebendo a custa dos índios, cadê esse dinheiro que vem aí pro Rio Branco, que o presidente manda pro chefe da Ajudância fazer esse serviço indenizar este pessoal e nada disso.

Os índios tão vendo, os índios reclamam porque tem razão de reclamar e ainda acham que os índios não tem razão. Agora de qualquer maneira vocês têm que resolver, ou de um jeito ou de outro, tem que resolver próximo mesmo. Vocês aí tão sentado na boa cadeira, escreve duas linhas, salta boa cerveja nas horas vagas e os índios aqui lutando, pelejando pra conseguir o que é deles. Então, a FUNAI existe para isso, trabalhar pros índios, mas não os índios trabalhar pra FUNAIA. O Zé Luiz veio aqui e deixou um abacaxi que houve prá cá. Como é que os índios vão resolver, como é que os índios podem fazerem?

O Zé Luiz aproveitou a oportunidade que os índios fizeram que não era para fazer isso, não combinou comigo, não combinou com ninguém, não combinou com Kulina. Foi sozinho da cabeça dele, entonce que esse negócio não achei a vantagem nele.

ENFRENTAR FAZENDEIRO

Agora ele faz o que quer aqui em cima, ele deixa nós sozinho, se batendo, o ruim somos nós os índios. Como é que os índios pode dar apoio para esse pessoal que estão saindo pobrezinhos, como nós eles também querem viver (refere-se aos ribeirinhos ameaçados pelo Zé Luiz), eles querem criar os filhos deles também do jeito que nós tamos criando os nossos. Porque a FUNAIA não vai se meter com fazendeiros, fazendeiro que tem muito dinheiro. A FUNAIA podia se meter de enfrentar fazendeiro também. E agora os pobres que mora pra cá, que como nós não tem recurso, não tem nada, somente possui a vida, e agora que tamo pelejando pra conseguir nosso pedacinho de área pra morá.

O pessoal, os branco também do mesmo jeito, eles têm que procurá o galho deles prá viverem com calma, mas não expulso assim de uma vez, assim não tem quem aguente, jogado como cachorro, como um bicho bruto, que nós somo índio também nós temo compreenção nisso né. Enquanto não chegar FUNAIA nem o INCRA, ninguém mete a mão, porque aqui estamos tudo unido.

O tempo que vocês tão perdendo aí, pagando chefe de posto, vocês podia gastar esse dinheiro pagando um engenheiro pra medir a terra dos índios. Esse horror de dinheiro que vocês gastam pagando chefe de Posto vocês podiam guardar pros índios pagar engenheiro. Então que nós tamos precisando rapidamente, pra vir um engenheiro medir essa terra, porque nós tamo perdendo a paciência. A falta de Paciência tá chegando, entonce que a FUNAIA venha breve possível, mandar um engenheiro. Eu sou Mário Kaxinawá, dono da aldeia dos Caxi". Pantcho - Kaxinawá da aldeia do Fronteira -

"Nós somos primeiro dono terra nossa, que nós reclamamos porque nossa terra é dos índios mesmo, que os brancos não é, que somo Primeiro brasileiro. Quando os brancos vieram pra cá querem tomar tudo terra nossa e nós não queremos ficar sem terra, que nós queremos terra também prá viver. Muito tempo esperamo que prometia (FUNAI) medir terra, esperamo e não chegou até hoje, então tem que vir de qualquer maneira, nós espera. Tamo sofrendo por nossa terra, por esse problema manda medir logo a nossa terra é muito mais melhor prá nós, porque nós não tem problema com branco, branco continua na deles no trabalho deles e nós também tamo continuando com nós, cria a nossa plantação, cria nossos filhos. A FUNAIA tem que cumprir a sua palavra, tem que ajudar a marcar logo nossa palavra este ano, nós não sei, só nós que sabe, para não criar nenhum problema com branco.

Temos 3 aldeias (duas do **Kulina** e uma dos **Kaxinawá**), medir terra de uma vez (uma área só e não três conforme a FUNAI delimitou) pronto, já acabou-se, nós temos amigos com **Kulina** e **Kaxinawá,** tudo somos índio, então não quer briga. Temos tudo amigo, todos de acordo com **Kulina-Kaxinawá,** nada mais, esperamos dinheiro, engenheiro e FUNAIA traz engenheiro e dinheiro pra medir nossa terra."

Doho - Indio Kulina - Tuxaua do Santo Amaro - "Escuta FUNAIA, eu vou lhe dizer uma coisa, pode escutar você, escuta, porque tu espera, quase 5 anos já nós esperemo, esperemo, esperemo. Se não chegar não medir nossa terra, índio também quer precisar uma terra, porque o branco tá com muita terra. O Dodo Meirelles (mora em Rio Branco, porém se diz dono de uma parte da terra dos **Kulina**) mas comigo ele não disse nada, ele foi na Boca do Chandeles (distante da aldeia, uns 10 minutos de canoa) no Alto Chandeles ele foi e vendeu a terra dos **Kulina,** que não tem uma terra. Agora, FUNAIA, se tu não vem medir, aí tu vai dar couro de anta em vocês, aí pronto, aí você, **Kulina** aguenta mesmo no couro de anta, não é brincadeira não".

FLECHA NA FUNAI

Sabino - **Kulina** - "FUNAIA, agora você tem que vim depressa, porque agora os brancos sairam tudo. Agora você tem que vim ligeiro para medir nossa terra. Agora vocês vem, nós vamos tirando pique, agora vocês vem medindo nossa terra, daí que os chefes estão dizendo para tu vim ligeiro. Se você não medir nossa terra, diz que vão dar uma pisa com couro de anta, que **Kulina** não brinca não, os **Kulina** são macho mesmo. FUNAI, que se não, diz que vão matar de flecha se você não vier. Êles que tão dizendo assim eles tão brincando para você vim logo. Este que eu tou falando, eu sou Sabino Kulina, tou falando aqui no gravador."

Doho - **Kulina** - "O Zé Luiz fez história para o branco. Indio não é assim não, **Kulina** tá tudo bom com o branco. Agora não vai mandar de novo, não que nois vão dar uma pisa de couro de anta, tá tudo esperando ele, o branco e Kulina (esperando o Zé Luíz). Quando Zé Luiz volta de novo ele toma couro de anta. Para nós o Zé Luiz é ruim para o índio, índio não gosta dele agora, porque era muito história feia com o branco e o branco tudo com medo."

ASSEMBLÉIA INDÍGENA

IDENTIDADE DO ÍNDIO ESTÁ NO SANGUE

As discussões foram constantes na Assembléia, onde todos os líderes tiveram direito a voz.

Toda atenção se fez necessária.

"Quem sente o problema dos índios é o próprio índio e quem tem de resolver o problema do índio me parece que deve ser os povos indígenas unidos". As palavras de Lino da Nação Miranhã refletem a tônica da Assembléia Indígena que ocorreu na aldeia do Simão, rio Andirá, município de Barreirinha (AM), dos Sateré-Mawé nos dias 10 a 12 de dezembro. Todos elogiaram a organização dos Sateré-Mawé e do tuxauá Donato. A comunidade Sateré assistiu e participou ativamente das discussões e denúncias dos líderes e tuxauas. Numa casa especialmente construída para a Assembléia se reuniram mais de 200 indígenas,ouvindo a palavra dos irmãos de outros e distantes lugares. Estiveram presentes 26 tuxauas Sateré e 33 tuxauas e líderes de Nações como Karipuna, Tikuna, Munduruku, Wapixana, Kanamary, Miranhã e Tukano.

O Chefe de Posto da FUNAI na reserva Sateré anotou cuidadosamente a verdade sobre a política indigenista oficial vista pelos indígenas. E se viu como a FUNAI está em descrédito junto aos povos indígenas. "Como se pode confiar em quem nos tem sempre enganado?" perguntou Álvaro, um líder Tukano. O pior é a insistência de alguns despóticos chefes de postos em proibirem a vinda de líderes e tuxauas para participarem da Assembléia. Um atentado ao direito mais elementar de livre locomoção, ferindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O PORANTIM publica a sofrida voz dos índios, que apesar de todo sofrimento encontram forças na busca da unidade e insistem em permanecerem como índios, recusando a proposta do Estado brasileiro de renegarem a identidade indígena em troca dos nefastos prejuízos da integração na favela.

CLAMOR INDÍGENA

Roberto Ferreira – Capitão Sateré – "Nós trabalhamos unidos, trabalhamos sempre com a força de cada um de nosso povo. Desde o começo nós fomos mandados a sermos unidos, a trabalhar sempre e sempre unido com nossos irmãos. Fala o Porantim que cada um de nós nascemos para amarmos cada um de nossos irmãos, para amarmos o trabalho de cada um de nós,para nós se ajudarmos em cada trabalho que nós fizemos. Porantim diz que não manda matar o próximo".

Álvaro – Tukano – "Eu gostaria de usar umas palavras a vocês aí para agradecer pela hospedagem, pela comida que nos deu. Estou muito contente de ver esse povo tão unido que em outros vários lugares do Brasil e de outros países é impossível. Antes tenho a dizer um fato muito triste, isto é, muitos tuxauas de outras Nações Indígenas não puderam vir aqui porque a FUNAI não deixou, como por exemplo, o tuxaua Alexandre da Nação Tenharim, que fica no rio Marmelo, no Km 125 da Transamazônica. Os nossos irmãos **Tenharim** estão passando fome porque a Transamazônica cortou grandes castanhais, a fonte de vida para sobrevivência dos índios. Hoje tem muita gente que não vê mais o valor de nossa cultura. Dizem que a nossa religião é de pagãos, isso porque há muita insistencia da religião católica que destruiu nossa cultura **Tukano,** a cultura dos **Dessana, Maku, Tariana** e demais outras nações que moram naquela região do Alto Rio Negro. Nós recebemos imprudentemente os invasores de braços abertos e eles cortaram nossos braços porque mataram os nossos avós. Essa história de violência nunca vai desaparecer, mas não tem nenhum rico, Governo, Bispo ou padre que possa modificar o nosso interesse – o Sangue índio é sempre índio. Na minha região ainda não chegou. A FUNAI não está interessada na causa indígena. Como podemos confiar se nós fomos todo o tempo enganados? Porque muitos bispos não estão apoiando o trabalho do CIMI? Porque estão do lado dos ricos? Quem está do lado do pobre, este sim tem uma vida religiosa. Deus é o amor que nós temos entre nós."

Roberto – Sateré – "A nossa língua e nossa cultura é respeitada por nós tudo, até pelas crianças".

IDENTIDADE NO SANGUE

Paulo – Tikuna – Todos os chefes de Posto dizem que as terras dos índios está demarcada. Pela boca de faz tudo, não é isso? Lá em Mariaçú tem branco vendendo a terra dos índios. E outra coisa a assistência médica não existe para nós lá, às vezes morrem assim 5 ou 6 por mês, principalmente criança. O chefe de Posto não liga para isso. fui reclamar para o chefe da base militar em Atalaia do Norte (AM) e ele disse que o índio depois de ter os documentos completos e saber falar a língua portuguesa, ele não é mais índio. Isso prá nós **Tikuna** é errado. Porque eu posso falar o português claro, ter os documentos todinhos, mas sou sempre índio. O que vale é o Sangue. Porque nós índios não tem diferença, a diferença está na cultura, mas o sangue é o mesmo. Na nossa comunidade aconteceu que 6 **Tikuna** sairam para trabalhar no Alto Solimões, rio Javari, e foram assassinados por brancos. O chefe de Posto, sem investigar, disse logo que era mentira. A FAB destrói as nossas plantações."

Alexandre – **Wapixana** — Roraima – "O problema é o mesmo, sobre terra indígena e sobre demarcação. A FUNAI prometeu demarcação para nós mas eu não sei porque o engenheiro não faz o serviço direito, porque ele não está presente no mato. O engenheiro é comprado pelos fazendeiros e na verdade estão diminuindo a área a favor dos fazendeiros".

Floriano – Munduruku do Pará – "Nós estamos reunidos aqui, todos os nossos irmãos, hoje em dia estamos todos unidos. O Sangue é um, o corpo é um, agora a língua é diferente. Eu quero falar o problema da terra, que a FUNAI mandou demarcar a nossa terra mas não saiu bem, sempre ficou os castanhais e seringais de fora. A terra boa, onde nos mora não tem terra quase, só pedra. Quem que pode viver assim em cima da pedra? É isso que nós tamos lutando agora pra ver se a FUNAI manda endireitar ou então nós mesmos vamos endireitar a nossa terra. Na nossa área tem garimpo dos índios, quer dizer eles trabalham no garimpo, no meio dos civilizados, mas nós índios não queremos isso, tem índio tudo espalhado, desde Itaituba até lá no São Manuel."

Manoel – **Munduruku** do AM – "O nosso problema também é com respeito à terra. O SPI vem prometendo demarcar a nossa terra desde 1942. A FUNAI já instalou um Posto há doze anos na nossa comunidade. E faz 12 anos de promessa da FUNAI, a nossa área está sendo invadida pelos brancos".

Manduca – **Kanamary** — "Muitos dos nossos irmãos morreram todinho de sarampo, 30 pessoas morreram. O branco vende uma caixa de fósforo por 60 cruzeiros. O índio também vive sem terra, a madeira da nossa área é roubada pela AMAPLAC E CIM constantemente".

AMEAÇA DE MORTE

Edvaldo – Apurinã – "Nós fomos em Lábrea buscar nossos direitos, a demarcação e garantia de nossas terras. O prefeito disse que ninguém tinha terra, aí eu fui mostrar pra ele onde foi que minha mãe nasceu. Eu disse pra ele, "não foi o índio o primeiro habitante do Brasil?", Ele disse, "foi". "Então, como é que o índio não tem direito a ter sua terra?" Ele, o prefeito, disse "não sei". "O índio não pode comprar a terra dele". O prefeito disse que a "terra toda é da prefeitura". O Delegado da FUNAI disse que ia providenciar a demarcação e nunca veio. Foi um elemento lá, mandado pelo Prefeito, o Orlando França (principal suspeito da morte dos Juma em 1964 e até hoje impune. Porantim nº 23) para nos jogar de lá. Me conversou para nós sair. Eu disse, "nós não sai" e ele perguntou, "por que vocês não sai ?", "ficam tomando a terra do povo". Eu disse, "do povo não, nós estamos lutando pela nossa terra". Disse Orlando França, "mas eu já estou acostumado a matar gente e já matei 21 índios". "Você tá querendo matar a gente?", responde Orlando França, "tou e pra mim matar índio, basta me dar vontade".

Agostinho – **Apurinã** — "Eu não vim passar, eu vim atrás do problema da minha terra. Em Brasilia me garantiram que iam demarcar a nossa área. A FUNAI sempre promete e se esquece, por isso eu vim agora a essa Assembléia para eles se lembrarem. Tem fazendeiro no fundo da nossa reserva, e nós tá com medo de eles virem de lá pra cá tomando a nossa área. Agora, o Apoena Meirelles veio e fez muitas promessas e não cumpriu."

JOGADA SUJA

Avelino – Karipuna – fomos enrolados pelo delegado da 2ª Delegacia de Belém. Houve um acordo da passagem da estrada BR-156 que corta 27 km de nossa reserva (Oiapoque - Amapá). No começo, os líderes Karipuna, Kalibi e Palikur estavam contra, com o apoio da comunidade. Passando uns dias chegou o delegado da FUNAI e fez coação, pois se baseou no artigo 20, letra d, do Estatuto do Índio onde diz que obras de interesse nacional dentro de área indígena pode ser interditada pelo Governo. O Delegado disse, "se vocês deixarem a estrada passar dentro da área, vocês vão ganhar alguma coisa, mas se não deixarem passar vai passar na marra e vocês não vão ganhar nada". Ameaçou tirar os professores da área e cortar os medicamentos. O pessoal esmoreceu e disse sim. Que isto sirva de exemplo pra vocês não se deixarem intimidar por ameaças desse tipo. Foi uma jogada suja, onde fomos enrolados pelos representantes do Governo. Apesar de tudo, nós vamos continuar lutando e não ficar de braços cruzados."

Joca – **Tembé** (PA) – "Na Tribo Tembé, PI Alto rio Guamá ocorre um sério problema respeito a reserva. Nós temos uma área indígena que tem mais de 300 mil hectares, mas o que nós ocupa para nossa sobrevivência é apenas 20 por cento, o resto está todo tomado pelos brancos. Um fazendeiro muito rico que ocupa nossa reserva, que é o elemento de quem a FUNAI tem medo, o nome dele é Merje, polonês. Esse fazendeiro conseguiu uma autorização para construir uma estrada, transpassando a nossa área. Quando cheguei em Belém o Chefe de Posto disse que eu não poderia viajar porque o delegado da FUNAI não está autorizando. "Você, pra viajar tem que assinar um termo de responsabilidade". Eu disse, "eu assino". Muita gente na minha comunidade pensa que posseiros e fazendeiros só vão sair se nós matar. Eu, como responsável, digo não – nós não temos oportunidade de pegar o grande, a culpa tá no grande, no fazendeiro. Os pequenos estão lutando pra sobreviver, depois que nós realizar o problema do grande, nós vamos partir para o pequeno. Quando digo assim todo mundo concorda.

PONTE QUEIMADA

"Quando foi no dia 2 de setembro desse ano (80) nós discutimos nosso problema. Aí eu achei uma decisão pra fazer. Nós vamos fazer o seguinte: a FUNAI só prometendo, até hoje só promessas. O que nois faiz? Vamos destruir aquela ponte que dá acesso a nossa terra. Pra ir pela mata não dá, porque é transpassada de posseiros, podia haver algum conflito. Vamos fretar um veículo e vamos pela estrada. Nós tinhamos levado uma motosserra. Lá tinha dois policiais. Eu falei, "nós tamos fazendo uma visita, um trabalho, esse trabalho é comunitário, nós vamos destruir essa ponte". "Cadê a ordem do chefe de Posto?" "Nós não precisa de ordem, isso é trabalho comunitário, não depende da FUNAI (palmas da Assembléia indígena). Por infelicidade aperta a corrente e nós não pode mais trabalhar. Aí um disse, vamos botar fogo. E nós colocamos fogo. Depois, o Delegado chegou e falou comigo agradeceu e disse: viemos destruir a ponte que foi reconstruída. Chegamos lá, o delegado derrubou a ponte. De volta a aldeia ele disse, "bem pessoal não vou prometer, mas o que está possível eu faço. Eu sou empregado da FUNAI, ganho muito dinheiro. Quando a ponte estiver construída manda avisar que eu venho destruir novamente. Então, o pessoal reconstruíram a ponte, a gente mandou avisar e não apareceu até o dia que viajei pra cá (risos)".

REAGIR FIRME

Lino – Miranhã – "A nossa cultura já foi perdida 90 por cento. Para os Sateré é mais uma identidade quando todo mundo fala a própria língua. Por que o índio tem que ser proibido de sair de sua região? Eu acredito que o índio tem que ser livre, ele não pode ser proibido de sair do seu território. Ele tem a sua autonomia muito embora essa autonomia não seja respeitada. Em razão da pacificação que a FUNAI está fazendo contra o índio muitas vezes nós temos que ser agressivos, nós temos de agredir para não ser agredido. A FUNAI existe para cumprir a lei, mas os seus administradores são contra o índio. Toda a verba deveria ser aplicada na demarcação de nossas terras. Demarcasse e entregasse o documento definitivo. Quero deixar um lembrete para vocês: nem sempre o branco é culpado por todos os massacres e esfacelamento dos índios, e sim os Latifundiários e os Capitalistas, esses são os culpados. Só se entra numa casa com a devida permissão,e se os capitalistas fazem tudo isso contra nós é porque há uma permissão dos responsáveis pelos indígenas. Temos que reagir firme sem dar um passo pra trás. Muitas vezes temos que ser mal criados com o Delegado, com o nosso irmão do Pará. Se nós não tentarmos salvar o que ainda resta de nós, vamos ficar servindo de bóia-fria como eu vi no sul. A nossa mão de obra barata vai ser usada e abusada se nós não temos a quem recorrer. A FUNAI vem tentando a emancipação do índio e acha até bom quando o índio se transforma em produtor rural, porque assim é mais um pouco da carga que sai de cima de suas costas, sai da sua responsabilidade. Os funcionários são os instrumentos do governo para a destribalização do índio, para o extermínio da sua liberdade.

UNI FARÁ JUSTIÇA

Em certas regiões onde existe um chefe de Posto é a maior desgraça para os índios. Quando um chefe de Posto dura muito tempo numa área indígena é porque ele vai paralelo com as opiniões dos superiores. Porque no dia que ele vier atender as reivindicações dos índios, fazer aquilo que os índios necessitam, vai de encontro com as opiniões dos superiores, então ele é tirado, dado do bilhete. Meus irmãos, vejam o que acontece com aqueles nossos grandes heróis que, quando defendem a nossa causa, são mortos e aí fica no esquecimento, justamente como é o caso do **Pankararé,** do **Kaingang,** do **Juma,** do Simão Bororo e do Pe. Rodolfo. Quantos desses elementos criminosos estão punidos pela lei? E porque é que esses elementos vivem sarcasticamente zombando na nossa frente? Porque isso, eu acredito, é uma afronta para a dignidade humana, uma injustiça e que essa injustiça terá que ser corrigida por nós. Estamos criando um reforço de mãos dadas para subir mais um degrau na nossa luta. Está sendo criado uma entidade de apoio ao índio,a União das Nações Indígenas e que será dirigida pelos próprios índios. Segundo o Estatuto da UNI a sua intenção é a Autodeterminação e a demarcação de todas as áreas indígenas.

A UNI depende unicamente do próprio índio, temos que apoiá-la, temos que ser fiscais pra corrigir os erros que acontecerem na UNI. Se está acontecendo alguma coisa errada, não precisa ser diretor nem nada, basta que seja índio."

As mulheres indígenas se fizeram presente na Assembléia.

Os líderes indígenas quando discutiam forma e conteúdo do documento final.

Tuxaua Agostinho dos Apurinã (de óculos) teve uma participação marcante.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Documento

História Guerreira dos Parintintin.

Os Parintintin do rio Madeira (AM), um povo guerreiro, assiste hoje o roubo de madeiras de suas terras não demarcadas. Os seus castanhais, que malmente garante a fonte desubsistência dacomunidadesão reclamados por um rico comerciante, Eduardo Conde. Como se não bastasse, o tutelar quer transferí-los para junto dos **Tenharim** outro povo indígena e dessa forma deixar livre a área para os fazendeiros. Os parintintin foram "pacificados" e na mesma sequencia esmagados.

O antropólogo, Curt Nimuendajú fez, em 1924, um artigo intitulado "Os Indios **Parintintin** do Rio Madeira" que é uma pesquisa rigorosa sobre a vida guerreira desse povo. Os **Parintintin** fizeram uma história de brava resistência contra os invasores. Por outro lado, o artigo de Nimuendajú permite analisar os métodos de pacificação postos em prática pelo antropólogo.

FAMA DE CRUÉIS

"A primeira notícia documentada de um ataque de **Parintintin** que eu possuo é do ano de 1852 (Relatório do Conselho Herculano Ferreira Pena): em novembro daquele ano eles mataram no rio Marmelos 3 pessoas ocupadas na extração de óleo de copaíba e queimaram o barraco com os objetos nela depositados. Pela maneira como é registrado o ataque vê-se que a hostilidade não eram nenhuma novidade naquela época. Desde então talvez que não tivesse passado um só ano sem que os **Parintintin** não tentassem ao menos um assalto aos civilizados com resultados mais ou menos funestos para eles. Fixaram-se estes índios entre o Madeira e os seus afluentes Marmellos e Machado e tornaram-se o flagelo da população civilizada. Não se pode mais averiguar a quem coube a culpa pelas primeiras hostilidades + temos de considerar que os **Kawahib** (nome que Nimuendajú dá aos **Parintintin**), desde o seu aparecimento eram uma tribo aguerrida, e que na zona do Madeira eles penetraram como invasores, estabelecendo-se à custa dos **Torá** e, provavelmente também dos **Mura**. Narra, porém, uma tradição destes mesmos **Torá** que no princípio os **Parintintin** absolutamente não se mostravam tão hostis, e que a guerra implacável foi provocada pelos excessos dos civilizados. Quem conhece os processos comuns da conquista do sertão jamais porá em dúvida a veracidade desta tradição.

Uma guerrilha cruel e traiçoeira começou e se arrastou durante longos decênios. Nas suas correrias anuais os **Parintintin** derramavam o terror, a morte, o sangue e o incêndio no meio dos civilizados, e das represálias que estes costumavam tomar nenhuma melhora resultou, pois nelas os civilizados, geralmente, se comportaram pior que os seus adversários selvagens. Bradou-se por medidas enérgicas; exigiu-se o extermínio da tribo, e os moradores do sertão contribuiram o mais que foi possível para este fim, fazendo fogo sobre qualquer **Parintintin,** onde quer que ele se apresentasse. Açularam contra eles seus inimigos velhos: os **Munduruku.**

E foi desta forma, por uma guerra de 80 anos, que os **Parintintin** consolidaram a sua fama de "feras cruéis e indomáveis", e se tornaram alvo do ódio e o horror de todos os seus vizinhos".

PACIFICAÇÃO

"É um conceito muito vulgar, mas completamente errado, ser o melhor meio de pacificar uma tribo hostil fazer uma expedição pacífica as suas malocas. Com tais entradas nunca se realizará a pacificação de uma tribo intratável como a dos **Parintintin.** O pacificador tem de estabelecer-se permanentemente no território dela e obrigá-la com esta medida a entender-se pouco a pouco com ele, depois de ter-se convencido da inexpugnabilidade de sua posição e das vantagens que a permanência dele traz para a tribo toda. A escolha de lugar para um posto de pacificação deve satisfazer as três condições seguintes:

1. - Ser posto estabelecido tão longe da zona povoada que se destaque dela à primeira vista e que sua guarnição seja facilmente distinguida pelos índios dos outros moradores, geralmente seus inimigos.
2. - Estar situado nas terras permanentemente habitadas pelos índios, mas não perto demais das suas malocas, para não causar o abandono delas, por medo de alguma surpresa.
3. - Ficar ligado à zona do comércio por uma via de comunicação, a mais fácil possível e que seja transitável durante o ano todo.

A pessoa encarregada de uma pacificação nunca deve se confiar na mediação de terceiros, geralmente sem o menor sentimento de responsabilidade e sem compreensão do problema a resolver; e se não possui as qualidades necessárias para proceder pessoalmente, melhor será, para ele e para os índios, que confesse a sua incompetência e não prossiga.

No dia 31 de março de 1922 desembarquei pela terceira vez no Nove de Janeiro, com 22 homens e todo o material necessário para me estabelecer permanentemente. Mal tinhamos posto as mercadorias em terra e levantado um acampamento provisório, quando no dia 2 de abril, às 11:30 h. os **Parintintin** deram o primeiro assalto, com grande grito de guerra. Um dos trabalhadores que se achava fora das trincheiras, por pouco não foi flechado, mas ninguém se espantou e nenhum se espantou e nenhum tiro partiu do nosso lado, Recolhi as flechas e finqueias, cada uma com um brinde amarrado na haste, no trilho dos **Parintitin,** debaixo de uma pequena coberta, e o mesmo fiz depois com os estrepes que na sua retirada tinham colocado no caminho.

LINDAS COROAS DE PENA

A 15 de maio os **Parintintin** atacaram pela primeria vez a peito descoberto: até então eles se tinham conservado cuidadosamente, encobertos quando disparavam suas flechas. Naquele dia, porém, romperam a mata escura pra a luz clara dosul das 11 h., horrivelmente pintadops de preto, com lindas coroas de penas amarelas e vermelhas na cabeça e rabos de arara caindo pelas costas abaixo. Como fuzilaria estavalavam as suas flechadas nas chapas das paredes, e debaixo de gritos furiosos eles avançaram ao longo da cerca em rumo da porteira. Era exatamente o que eu queria, e imediatamente griteilhes em Língua Geral, convidando-os para entrar. Pela sua experiência guerreira eles deviam ter esperado neste momento tudo menos um convite e, perplexos, pareciam prestar-me atenção por um momento. Mas logo redobraram a sua gritaria selvagem e, brandindo as armas, desapareceram pelo trilho por onde tinham saído.

PACIFICADOS

O grande milagre estava feito: As feras indomáveis, os antropófagos com os quais só se podia falar pela boca do rifle, tinham pacificamente comigo conversado e trocado presentes durante quase três horas! O próprio pessoal do posto não cansou de dizer que eles não tinham nada absolutamente de brutal ou feroz no seu aspecto e no comportamento enquanto lá estavam conversando comigo. Estava feito aquilo que a população do Madeira em peso tinha julgado uma aspiração absurda, e por mais flechas que os **Parintintin** ainda entendessem disparar contra o posto, eu estava plenamente convencido de que, pouco a pouco, as relações amistosas se haviam de estreitar, até a completa pacificação.

Apesar de todas as precauções da parte nossa, o catarro espalhou-se entre eles logo depois do primeiro contato pacífico, felizmente numa forma benigna. Até então não pareciam conhecer ainda este mal: queixavam-se que tinha sido Garcia (um funcionário) que lhes transmitiu a doença e, cheios de indignação, limpavam o pariz no ombro dele.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

DENÚNCIA

Filme "Canibal Holocaust"

Cenas Mentirosas da Cultura Yanomami.

"É com indisfarçado sentimento de indignação que assistimos a chegada do novo ano sem ver cumprida a promessa ministerial" de providenciar em 80 a criação do Parque Yanomami. Em 81 as palavras do Ministro são semelhantes àquelas do Estatuto do Indio que estipulava 1978 como o ano-limite para demarcação das terras indígenas do Brasil e nada disso se viu. Trata-se de mais uma artimanha do poder visando acalmar os protestos.

Enquanto os coronéis da FUNAI divulgam nos jornais que não sabem como distinguir o indio do não indio, buscando duvidosos critérios de indianidade, o cinema europeu projeta uma criminosa imagem dos **Yanomami** da Amazônia brasileira. No filme Holocaust Canibal, os **Shamatari,** sub-grupo **Yanomami,** são apresentados como ferozes comedores de quatro bem nutridos jornalistas ianquis. Objetivamente esse filme faz parte de uma campanha para denegrir a imagem do povo **Yanomami** e dessa forma, boicotar a criação do Parque, sem falar no desrespeito a cultura indígena.

O sensacionalismo para faturar

FALSO DOCUMENTÁRIO

O diretor do filme, obscuro cineasta de nome Franco di Nuncio permitiu que fosse divulgada a versão de que se tratava de um fato verídico e que o filme era, portanto, um documentário. A mentira passando por verdade, aliás, de tantas vezes repetidas muita gente acaba acreditando que é verdade mesmo, pois o filme reforça uma velha imagem etnocêntrica que rebaixa os povos indígenas como selvagens primitivos, canibais, traiçoeiros.

De acordo com essa propaganda mercadológica, os quatro jornalistas norte-americanos foram enviados pela todo poderosa National Broadcasting Corporation of América (NBC), para filmarem os indios-canibais da Amazônia. Ali chegando, os infelizes foram surpreendidos pelos "ferozes canibais", os **Shamatari,** sub-grupo **Yanomami.** Na medida em que iam sendo comidos, o outro filmava a comilança do colega. Quando o último ia ser saboreado, deixou a camera em posição de fotografar a própria morte. Com muita sorte, o rolo de filme foi encontrado intato mais tarde.

Com essa fantasiosa invenção, montada para fazer vender a película, os realizadores de "Canibal Holocaust" difundiram a idéia de que os Yanomami são mesmo dedicados ao canibalismo e quem aparecer lá pode ser jantado. Jogam um manto de horror e desprezo contra um povo que nada tem a ver com as infamias mostradas em colorido. O diretor ainda faz plagio no título do filme de um seriado sobre os judeus, Holocausto, apresentado ano passado na televisão. A NBC negou que tivesse enviado jornalistas para realizarem filmagens sobre supostos canibais da Amazônia.

Na Itália, onde foi rodada toda a película, essa grotesca deturpação dos Yanomami já rendeu 500 mil libras. Trocado em cruzeiros de hoje dá 80 milhões, e tudo isso só em um mês.

O diretor deverá ser processado pela criminosa deturpação da cultura indígena. A União das Nações Indígenas (UNI) deverá entrar com um processo contra o diretor no Tribunal de Haia. Os antropólogos Bruce Albert e Jacques Lizot estão tentando processar Franco di Nuncio.

MALDIÇÃO

A imagem dos **Yanomami** como povo selvagem, criaturas inferiores e sem capacidade de governarem o próprio destino serve, em última instância, aos interesses econômicos que não vêem a hora de botar a mão nos ricos minérios do solo indígena. Hoje os **Yanomami,** um dos últimos grandes povos indígenas que estavam afastados do contato desagregador da sociedade brasileira, vivendo em paz sua cultura, língua, costumes, não tendo problemas de doenças e bem alimentados, pois bem, hoje este povo está seriamente ameaçado de extinção. A presença de minérios é como uma maldição que atraí as forças do mal: doenças, destribalização, expropriação das terras, morte.

Na verdade, os **Yanomami** correm o risco de serem devorados como povo pelo avanço do capitalismo em suas terras. E filmes como "Canibal Holocaust" merecem o repúdio por falsificarem propositalmente a cultura de um povo.

Parque Yanomami

Andreazza prometeu e não cumpriu

Muitas entidades que lutam em apoio e solidariedade com a causa indígena, assinaram uma Carta Aberta ao Ministro do Interior, Sr. Mário Andreazza, exigindo o cumprimento da promessa que fez de criar o Parque Yanomami no ano de 1980. O CIMI também assinou a Carta.

A iniciativa dessa Carta Aberta partiu da Comissão Pró-Indio de São Paulo, visando cobrar do Ministro o cumprimento do prometido, pois a demora em demarcar a área incentiva "vertiginosamente os contatos letais de índios com frentes desordenadas que continuam a penetrar mais fundo na terra **Yanomami.**

O PORANTIM reproduz a carta aberta e também exige resposta urgente, a criação do Parque **Yanomami** de uma forma que permita a verdadeira subsistência desse povo. O Governo deve desistir dos minerios existentes no território Yanomami para o futuro e não mexer nos recursos naturais sem consulta ao povo Yanomami.

Carta Aberta ao Ministro do Interior Sr. Mário Andreazza

Em 30 de julho de 1980, o Ministro Andreazza declarava à imprensa que o Parque Yanomami seria criado impreterívelmente antes que o ano findasse. Posteriormente, o Ministro confirmava o primeiro pronunciamento.

Tratava-se da palavra de um Ministro com as responsabilidades que o cargo impõe onde estava implicitamente reconhecida a urgente necessidade de um ato criador, civilizado, responsável, que imediatamente garantisse a sobrevivência física e cultural de comunidades indígenas que representam, na América do Sul, o maior grupo étnico ainda não aculturado.

A promessa, entretanto, não se concretizou. Todos sabem que o Território de Roraima teve sua população acrescida em 1980 em mais de dez por cento, uma grande parte desse contigente fluindo aceleradamente para terras que são sabidamente, área indígena, portanto intocável. Os órgãos governamentais estarão assim, mais uma vez, colocando a nação frente a um fato consumado.

A cada dia que passa, crescem vertiginosamente os contatos letais de índios com as frentes desordenadas que continuam a penetrar mais fundo na terra Yanomami em busca do ouro, diamantes, minérios, madeira. Será preciso relembrar, mais uma vez, que a negligência e a omissão significarão, pura e simplesmente, a iminente dizimação, seja por doenças, confrontos sangrentos, prostituição e alcoolismo - a completa desorganização social e o extermínio de um povo que, irônicamente, tem direitos claramente assegurados pela Constituição e por uma lei específica; leis que todos os brasileiros, autoridades ou não, tem a obrigação de conhecer, cumprir e defender.

A omissão é imperdoável. Já há, inclusive, um trabalho bem documentado de 63 páginas, elaborado em março de 1980 pela própria Funai, órgão subordinado ao Ministério do Interior, onde se recomenda detalhadamente a constituição do Parque Yanomami "com extensão suficiente em área contínua". Este documento define os seguintes objetivos específicos: "assistir as populações indígenas Yanomami no aspecto médico sanitário"; "manter o equilíbrio ecológico da região, preservando seus ecossistemas", pois, como reconhece o estudo, "os grupos... vivem em um sistema equilibrado de trocas com o meio ambiente"; "garantir o controle e proteção da região"; "garantir a conservação dos recursos naturais da região.

É, portanto, com um indisfarçado sentimento de indignação que assistimos a chegada do novo ano sem ver cumprida a promessa ministerial. Sobretudo se lembrarmos que, desde 1968 a 1979 foram apresentados onze propostas para criação do Parque, não implementadas ou sequer devidamente discutidas.

Em junho de 1979, formada a "Comissão Pela Criação do Parque Yanomami", que recebeu o apoio de mais de uma centena de entidades que, de uma forma ou de outra, se preocupam ou trabalham pela sorte daquelas comunidades, foi elaborada minuciosa proposta para a criação do Parque. O trabalho foi dirigido, em forma de abaixo-assinado ao Presidente da República, mas recebido pelo Ministro Andreazza. Este estudo obteve a adesão de quase onze mil cidadãos, entre eles, o Ministro Afonso Arinos de Melo Franco, o poeta Carlos Drummond de Andrade, o Sr. Gilberto Freyre, Dom Ivo Lorscheiter, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o sr. Seabra Fagundes, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o Sr. Paulo Nogueira Neto, da Secretaria Especial do Meio Ambiente, entre outros não menos ilustres e respeitáveis, abrangendo praticamente o que há de mais representativo dos vários segmentos que compõem a sociedade civil brasileira, entre eles antropólogos, índios, juristas, médicos, ecólogos, jornalistas e membros da Igreja.

Nesse sentido é que as entidades que assinam a presente declaração, verdadeiramente preocupados com o destino do Yanomami, a beira de um grande desastre voltam a insistir enfaticamente na necessidade de impreterível da imediata criação do Parque Yanomami, em área contínua de extensão suficiente de forma a permitir sua sobrevivência física e cultural.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

AMERÍNDIA

IV Tribunal Russel

Ditaduras da Ameríndia condenadas pelos povos indígenas.

Representantes de várias Nações Indígenas presentes no IV Tribunal Russell redigiram uma "Declaração dos Povos Indios" que sintetiza como os Estados do continente Ameríndio procuram simplesmente borrar todas as distinções entre os povos e reduzir todo mundo em mão-de-obra barata para o capital transnacional.

Os povos indígenas exigem Justiça, respeito ao direito de viverem suas culturas, de terem suas terras garantidas. Os Estados devem cessar toda violação que promovem ou toleram e reconhecer os indígenas como verdadeiros Povos e Nações, conforme fez o Papa João Paulo II, em Manaus.

O Consejo Indio de Sud-América protestou por não ter sido chamado ao Tribunal e também pela presença de entidades camponesas que, no entender do Conselho, não "são indígenas nem refletem o pensamento de nossas nações".

TERRÍVEIS VIOLAÇÕES

"O IV Tribunal Russel, realizado em Rotterdãm em 1980, surgiu como resposta a uma realidade expressa na Conferencia Internacional contra a discriminação dos Povos Indígenas do Hemisfério Ocidental ocorrida na Suiça, 1977. A Conferencia de Genebra demonstrou que certos estados do Hemisfério Ocidental, cometem graves violações dos direitos dos povos indígenas. As Nações Indígenas representadas nessa Conferência recomendaram que se realizasse um tribunal onde se apresentasse casos de violações e testemunhas pudessem ser escutados para informar ao mundo da natureza e consequência desses abusos.

Nós temos escutado as acusações apresentadas no IV Tribunal Russell. Temos escutado nossos irmãos e irmãs falar de execuções massivas, raptos, torturas, violações e assassinatos cometidos e/ou permitidos pelos Governos-Estados do hemisfério ocidental, e a costa do Pacífico. Temos estudado a documentação e os testemunhos que acusam os estados de atos políticos de terrorismo e opressão dirigidos contra os povos indígenas, suas organizações e nações. Cremos que as acusações levadas ante o Tribunal entregam o testemunho mais eloquente de que estes Estados efetivamente sustentam políticas de genocídio e etnocídio contra os povos indígenas, e que tais políticas são inaceitáveis para a consciência da humanidade. Nós condenamos o etnocídio e o genocídio sob todas suas formas.

Os povos indígenas sofrem os mais ultrajantes abusos de seus direitos. Os Estados têm adotado políticas nacionais destinadas a negar aos povos seu direito a existirem como povos distintos, incluindo o direito de viver de acordo com suas culturas, a falar em línguas, a posse pacífica de seus territórios nacionais. Em quase todos os casos os povos indígenas sofrem a expropriação ilegal de suas terras através de políticas destinadas a negar aos povos indígenas seus direitos à terra.

As leis municipais de muitos Estados não outorgam justiça aos povos indígenas.

BRUTAIS DISCRIMINAÇÕES

As acusações e os testemunhos dos povos indígenas frente a este Tribunal confirma que os Estados não são os únicos instrumentos de genocídio e exploração. Certas organizações religiosas, especialmente missões de congregações cristãs, atuam em conjunto com governos em políticas destinadas a despojar os povos indígenas e destruir aspectos de suas culturas. Há provas conclusivas de que os interesses econômicos das classes dominantes das nações-estados assim como os das corporações transnacionais tem ocasionado o despojo das terras e a liberdade dos povos indígenas. Povos inteiros tem sido forçados a escravidão econômica nas plantações, nas minas e nas fábricas dos opressores. Comunidades indígenas são desalojadas de seus territórios e obrigadas a viver na pobreza, como exiladas de suas próprias nações. Aqueles que expressam oposição a essas políticas, que criam condições abjetas, estão submetidos a repressão, perseguições e discriminações brutais que são as ferramentas com as quais se nega aos povos indígenas o direito a existirem como povos distintos.

Dennis Banks um dos líderes indígena preso e algemado por defender os interesses de seu povo

Nós, povos indígenas reunidos aqui, no IV Tribunal Russel, conclamamos os povos mundo a tomarem uma posição contra estas terríveis violações. Nós reafirmamos nosso apoio aos princípios estabelecidos na Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas do Hemisfério Ocidental, adotadas pela Conferencia de Genebra, 1977. Nós conclamamos aos povos do mundo inteiro a defender os direitos dos povos indígenas.

Nós apoiamos o principio de que os povos indígenas têm o direito a existirem como povos distintos de possuirem seus territórios e o direito de autodeterminação.

Finalmente, chamamos às pessoas com consciência a unir-se a nós e apoiar nosso chamado a que se reconheça aos povos indígenas como membros da comunidade mundial, com direito a ter representação a ser membros de organizações mundiais, especificamente das Nações Unidas.

Pelas considerações expostas, resolve:

DENÚNCIAS

1. Denunciar o exterminio físico que se instrumenta através da repressão aos dirigentes indígenas, muito dos quais tem sido assassinados, torturados, encarcerados, perseguidos ou desaparecidos.
2. Denunciar a campanha de destruição das nações indígenas mediante a desqualificação de sua cultura como tal, do idioma e tradições; tudo isso instrumentados pelos colonialistas ocidentais através de grupos do poder local a quem servem de intermediários.
3. Denunciar as grandes empresas transnacionais que saqueiam nossas riquezas (minas, petróleo e outras) destruindo ao mesmo tempo o meio ecológico. Para isso, contam com a cumplicidade dos governos que, utilizando seus aparatos repressivos desalojam e matam as comunidades indígenas.
4. Denunciar os govenos que promovem a imigração de racistas rodesianos (da Africa) para as áreas de maior população indígena como ocorre na Bolívia com o propósito de fortalecer a dominação ocidental.
5. Denunciar a campanha de esterilização, direta ou indireta, com o propósito de evitar o crescimento da população indígena o que pode trazer sérios transtornos às nações indígenas e suas lutas.
6. Dado que os povos indígenas possuem sua própria religião e tradição e que ditas religiões estão constantemente sob o ataque das religiões ocidentais, solitamos que o Tribunal busque os mecanismos necessários para investigar as atividades dos grupos missionários católicos e protestantes, fundamentalmente o Instituto Linguístico de Verão e outros grupos, por estar implicados nos processos genocidas, servindo aos interesses imperialistas. Mas, é nosso dever reconhecer que muitos missionários são solidários e apoiam nossas lutas.
7. Frente a tragédia do genocidio e etnocidio por parte de governos e das sociedades dominantes, nos valorizamos a solidariedade de organismos, associações que se identificam com nossa causa, mas ao mesmo tempo rechaçamos aquelas organizações que, com o pretexto de defender os direitos dos indígenas, estimulam a divisão ao apoiar a grupos com claros interesses políticos hostis aos povos indígenas.
8. Que este Tribunal tome em conta a Convenção sobre a Defesa e Prevenção contra os crimes e genocídio de 1948.
9. Nós condenamos às nações-estados como o governo do Canadá em particular que tem provocados a divisão junto ao nosso povo com definições legislativas e fronteiras impostas numa contínua violação dos artigos 10 e 12 da Declaração de Princípios dos Povos Indígenas.

Genebra, setembro de 1977.

DITADURAS CONDENADAS

10. Que o IV Tribunal condene a destruição e irracional exploração da nossa terra. O "terracídio" se continua praticando hoje em dia por governos, empresas

Continua na página seguinte.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

AMERÍNDIA

Continuação da página 14

transnacionais, que em total desprezo por nossa natureza nos estão levando a uma destruição total.
11. Que o IV Tribunal Russell condene a ditadura militar da Bolívia, do General García Mezza Tejada como responsável do massacre perpetrado contra os trabalhadores indígenas das minas, comunidades componesas e bairros marginais das cidades.
12. Que se condene o governo guatemalteco de Lucas Garcia pelo massacre e etnocidio dos povos indígenas de Guatemala, que são a maioria. Solicitar a retirada imediata das forças militares que ocupam vastas regiões do país.
13. Condenar e repudiar a Junta Militar de El Salvador por não ser alheia ao massacre dos povos indígenas desse país.
14. Repudiar a Junta Militar chilena pela contínua violação dos direitos do povo **Mapuche.** Com a repressão contínua de seus dirigentes após o golpe de 1973, soma-se o etnocida decreto-lei 2568/78 que divide as comunidades em pequenas parcelas individuais e desta forma destrói os modos de vida indígenas.
15. Nós propomos que se instale um mecanismo para garantir os aspectos positivos do Tribunal e instrumentar mecanismos para a continuidade deste tipo de trabalho. Todos estes aspectos deverão ser garantidos, por isso solicitamos aos grupos de apoio na Europa que devem faze-lo sem condições, consultando as nações indígenas sobre as maneiras apropriadas de levar a cabo estas tarefas.

Os delegados indígenas aqui reunidos decidem que a organização dessas atividades seja posta sob a autoridade de um Conselho Índio de Governo, formado pelo Conselho do Governo Iroques conjuntamente com o Conselho Índio de Sud-América,o International Indian Treaty Council e outros organismos indígenas".

Assinaram esta declaração as seguintes entidades: International Indian Treaty Council, Consejo Indio de Sud-América, Iroquis Government, American Indian Movement, Movimiento Indio Tupac Katari (Bolivia), Federación de Comunidades Nativas Campas (Peru) Navaho and Hoppi Indian Councils (USA), Confederación Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia, Conseil Attikamek Montagnais (Canadá), Movimento Revolucionário Tupaj Katari (Bolivia), Canadian Indian Lawer Association, Congresso Guamí (Panamá), Comité Exterior Mapuche (Chile), American Indian Council, Movimento Indio Pedro Vilca Apaza (Peru), Organization Against Uranium Mining (Groenland), Puyallup Indian Nation, Big Moutain Dedé Nation (New México), Women of All Red Nations (USA), Movimento Universitário Julián Apaza (Bolívia).

Panamá

Estado e Transnacional Agridem Guaymi

O povo **Guaymí,** que mora no Panamá, enfrenta o risco da extinção. A morte dos **Guaymí,** é promovida pelo Governo do Panamá que concede as terras imemorialmente habitadas pelos indígenas para a invasão depredatória das grandes empresas transacionais como a TEXASGULF associadas com as empresas estatais.

Julgado no IV Tribunal Russell as práticas criminosas do Governo Panamenho contra a Nação **Guaymí** foram amplamente condenadas. Inclusive por atentarem contra a própria Constituição do País. De fato, as ações do Estado se reveste de um caráter discriminatório que nega o espírito dos artigos 17 e 19 da Constituição panemanha que consagra a proteção da vida, honra e bens dos panemenhos sem discriminação de raça, nascimento, classe social, sexo, religião ou idéias políticas.

VIOLÊNCIA TRANSNACIONAL

Os indígenas Guaymí estão agrupados em comunidades familiares que vivem da agricultura e de roça e queima. É a população mais numerosa do Panamá, pois conta com mais de 60.000 pessoas distribuidas nas Províncias de Bocas do Toro, Chiriquí e Veraguas. Seus rendimentos tirados da agricultura são complementados com trabalhos periódicos nas plantações bananeiras da United Fruit Company. Suportam elevados índices de tuberculoses, desnutrição, mortalidade infantil e analfabetismo. A maioria dos **Guaymí** conserva sua cultura e língua "Murire" sendo comum o bilinguismo.

Em 1971 foram descobertas grandes jazidas de cobre em Cerro Corado, território dos **Guaymí,** e a partir de 1975 o Governo outorgou a concessão da exploração para a transnacional TEXASGULF em associação com a Corporação de Desenvolvimento Mineiro de Cerro Colorado, empresa estatal com uma inversão de dois milhões de dólares. A exploração desta jazida será complementada com a execução de um projeto hidrelétrico que afetará as comunidades de Teribe e Changuinola em Bocas do Toro.

Passando por cima de 60 mil **Guaymí** o Governo se achou no direito de ceder mais de 740 km² para a Empresa de Cobre Cerro Colorado, dentro do território **Guaymí** e o represamento das águas inundará , por outro lado, muitas áreas de terra útil.

Ademais, uns 25 mil hectares serão destinados a reservas de proteção florestal ou ecológica, agravando a situação dos indígenas que cultivam precariamente a metade da área.

O processo de eletrificação e de exploração da mina de cobre de Cerro Colorado significa uma violação das terras ocupadas secularmente pelo **Guaymí** e um aberto desconhecimento do seu direito de decidir sobre sua própria sobrevivência e participação na exploração econômica dos recursos que se encontram no solo.

A decisão do Governo Panamenho é apresentada como irreversível da mesma forma que o Governo brasileiro afirma a inevitabilidade da rodovia que cortou o território dos **Waimiri-Atroari,** provocando os maiores desastres. As empresas transnacionais contam com proteção do Estado a fim de realizarem impunemente a sangria depredatória dos naturais do sub-solo até o esgotamento total. Depois, abandonam a região, deixando empobrecida, destruida no ecossistema. O povo **Guaymí** se não puder deter esse processo poderá ser transformado em combustível a ser queimado nas minas, obrigados a abandonarem suas manifestações culturais e reduzidos ao silêncio.

O povo **Guaymí** não está parado, mas as forças inimigas são poderosas. Por isso qualquer ação de apoio, de solidariedade é um reforço na caminhada de libertação desse povo. Pessoas e entidades podem escrever para o Servicio Paz y Justiça, Apartado 861. Panamá.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

NA BANCA

LA IGLESIA EN AMAZONAS - Nº 6

A revista traz uma importante reportagem sobre a Reunião anual de revisão da pastoral missionária e de planificação. Os missionários salesianos da Prelazia (Vicariato) Apostólica de Puerto Ayaucho, Venezuela, realizaram uma firme autocritica da "ação pastoral que por anos se levava", constatando a similaridade com a ação governamental. A semelhança ocorria uma vez que "a ação pastoral parecia gerar e reproduzir, em algumas zonas e oportunidades, dependencias".

Trabalhando com os povos indígenas da Amazônia venezuelana, onde habitam muitos *Yanomami*, os missionários salesianos da Venezuela fazem uma clara opção por uma evangelização encarnacionista que "vista como acompañar a nuestros destinatarios en su liberación".

Os agentes de pastoral reunidos chegaram a conclusão de que o objetivo geral da atividade pastoral deve ser a formação de Comunidades Eclesiais de Base. A revista Iglesia en Amazonas traz muitas informações sobre os povos indígenas da Venezuela.

BORDUNA — Nº 5

Editado pela Comissão Pró-Índio /RJ faz uma análise minuciosa sobre a vinculação FUNAI/SNI/Conselho de Segurança e Projeto Rondon. Uma entrevista com Marçal Bezerra que afirma que a "UNI é resultado da conscientização do índio".

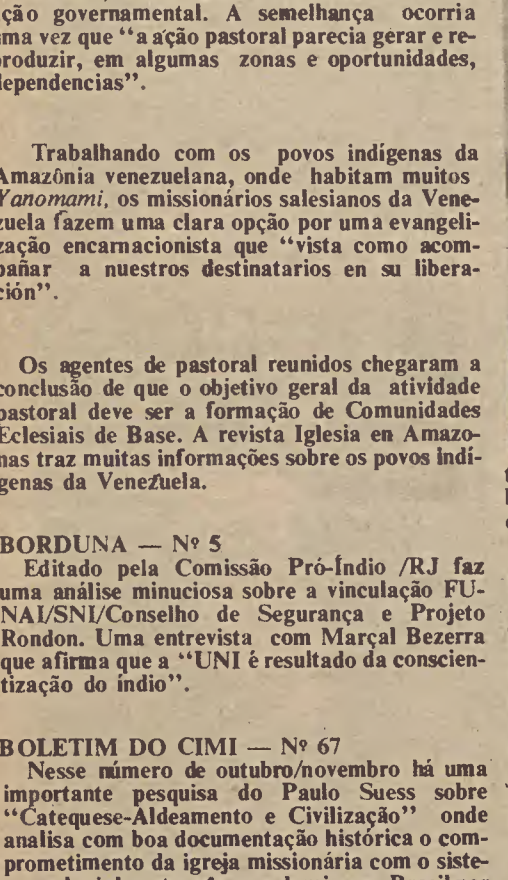
BOLETIM DO CIMI — Nº 67

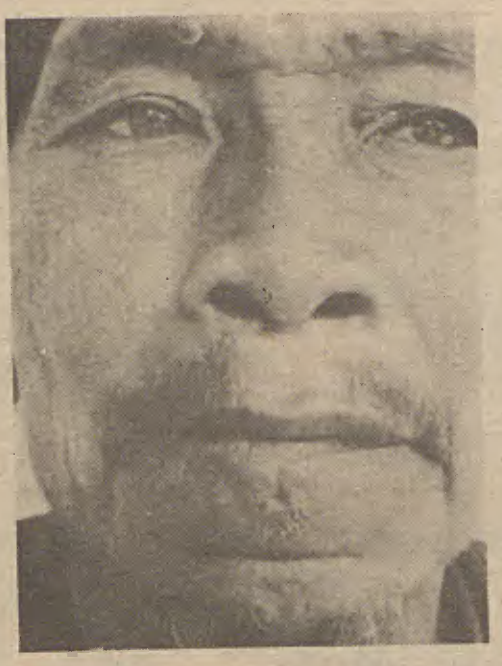
Nesse número de outubro/novembro há uma importante pesquisa do Paulo Suess sobre "Catequese-Aldeamento e Civilização" onde analisa com boa documentação histórica o comprometimento da igreja missionária com o sistema colonial português que dominou o Brasil por séculos. E como esse comprometimento se refletia sobre os povos indígenas. Paulo Suess desvenda que hoje ainda muitas missões não se afastaram no essencial do modelo colonial que tantas destruições provocou nas comunidades indígenas. Propõe um novo modelo, uma nova prática, uma "catequese alternativa - evangelização libertadora".

Além disso, há um histórico sobre a "emancipação" dos indígenas da reserva de IBIRAMA em Santa Catarina. Artigo sobre a expulsão do Pe. Vito Miracapillo e sobre a estrada que cortará áreas indígenas no Amapá, BR-156.

MUTIRÃO DA VIDA — Nº 0.

Muito oportuno o lançamento desse jornal mimeografado de responsabilidade da Arquidiocese da Paraíba. "Nesse Mutirão da Vida, cabe tudo aquilo que está sendo feito para a gente se unir e se organizar cada vez mais nesta caminhada de libertação". Essa é a meta de mais um combativo jornal. No Mutirão da Vida há mui-





tas notícias sobre os conflitos sociais na Paraíba, trazendo também uma pedagógica matéria explicando por que existem ricos e pobres.

LAMPARINA — Nº 17

O Informativo da Corrente Sindical "Lavradores Unidos" neste número de final de ano de 80 está de parabéns, pois "inaugurou esta década de 80 com a grande vitória dos trabalhadores rurais de Santarém nas eleições sindicais de Junho". "Chegamos a este fim de ano com 8 Delegacias Regionais localizadas nas áreas do Tapajós, Arapiuns, Várzea, Transamazônica, Ituqui, e outras". Além de cumprir um importante papel de "animação sindical em nossas regiões".

Realmente, o trabalho dos "Lavradores Unidos" precisa ser extendido a toda a Amazônia e é um exemplo de compromisso com a libertação dos trabalhadores rurais tão explorados.

Este número faz um balanço do trabalho no Sindicato, uma análise sobre a Carestia e o trabalho de "animação sindical" em Conceição do Araguaia.

REPARTIR O PÃO — Nº 42

O Boletim do Regional Norte I — CNBB traz uma sintese da Assembléia dos Bispos do Regional onde se procurou fazer "um levantamento da situação da promoção vocacional e da formação de um clero autóctene". Depois, há uma resenha muito interessante sobre as atividades do Regional Norte I em 1980.

PARAFUSO — Nº 4

O jornal da Pastoral Operária de Manaus vem com denúncias muito sérias sobre a situação do superexplorado trabalhador do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus.

BOLETIM DA Comissão Nacional de Pastoral Operária - nº 6

O Boletim vem com análises bem estimulantes sobre o significado da vinda de João Paulo II para os trabalhadores brasileiros, com cartas e documentos de favelados, sindicatos e trabalhadores ao Santo Papa. E transcreve as palavras corajosas do *Guarani* Marçal de Souto durante a permanência do Papa em Manaus.

ALVORADA — Dezembro/80

Mais uma vez o Boletim da Prelazia de São Felix do Araguaia levanta a voz contra as injustiças sociais. Desta vez, relatando as arbitrariedades do Tenente Reginaldo, do Destacamento de Porto Alegre contra os Delegados Sindicais, numa torpe tentativa de conter a luta dos Sindicatos em defesa dos trabalhadores rurais. Depois, o abaixo-assinado de milhares de moradores da Prelazia de São Felix do Araguaia alertando o Governo para que não tente expulsar o Bispo D. Pedro Casaldaliga. Muitas outras noticias dando conta das violações dos direitos dos trabalhadores e posseiros da região. Na Capa, uma mensagem de Natal.

RESENHA

GENERAL MEIRA MATTOS. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. Liv. José Olympio. RJ. 1980.

O discurso da Geopolítica apresentada pelo General Meira Mattos é muito mais uma apologia ideológica às políticas que o Governo implantou na Amazônia, pós 64. Por outro lado, é interessante ver como a História da penetração do colonizador português foi sistematicamente alterada ou obliterada de modo a fazer reluzir no sol histórico o "bandeirante fluvial". O General pretende também fornecer os argumentos da Geopolítica para justificar o Pacto Amazônico, uma coligação de interesse dos grandes capitalistas, avalizados pelos respectivos Governos dos Paises Amazônicos como Bolivia, Peru, Equador, Colombia, Venezuela e Brasil.

Como uma ciência de observação, segundo o General, a Geopolítica, no entanto, ao se debruçar sobre a História da Amazônia padece de uma cegueira incurável. Os povos indígenas, primeiros habitantes da região não ocupam nenhum lugar importante e central na versão histórica da invasão portuguesa. Sintomaticamente, o índio só aparece quando serve de guia para as expedições dos colonizadores na região.

No final do capítulo sobre "O homem da Amazônia", o General faz uma referência ao problema indígena, enfocando a ação de dois Generais, Couto de Magalhães e Cândido Rondon. O primeiro é altamente elogiado pelo esforço que desenvolveu no sentido de aculturação dos povos indígenas, tarefa que o General Meira Mattos considera importantíssima, pois desse modo, "poderíamos, além de desbravar 2/3 partes de nosso território, adquirir 1 milhão de braços aclimatados e utilíssimos". Está nitidamente configurada o projeto do General Meira Mattos em relação aos povos indígenas: incorporação como mão-de-obra no sistema capitalista.

Cândido Rondon recebe palavras elogiosas pelo "trabalho árduo de construir linhas telegráficas que retirassem o interior do Brasil do isolamento". Do Rondon "grande indigenista", o General Meira Mattos só retém a "frase célebre": "Morrer se preciso for, matar nunca".

Daí em diante, o discurso da Geopolítica ignora totalmente os povos indígenas, que, mesmo desprezados, seguem como uma ausência que compromete toda a arquitetura da "ciência".

O General, Meira Mattos, partindo da idéia de que a Amazônia é uma vazio demográfico e uma região desfavorável ao homem, em função do clima, procura justificar a "conquista econômica da Amazônia" durante o período pós-64 até hoje. É na chamada "fase revolucionária", que se criam a SUDAM, SUFRAMA e outros organismos regionais.

O General defende o estilo de desenvolvimento adotado pelos militares, principalmente a ocupação perversa via empresas nacionais e multinacionais, a integração através das rodovias e o tipo de indústrialização associada e dependente. Para aqueles que se preocupam a acelerada devastação ecológica da Amazônia o General Meira Mattos reserva duras palavras. Diz ele que são "grupos que se dizem nacionalistas com inegável ignorânica ou má-fé".

Nada pode ser tão revelador da manipulação ideológica da Ecologia como o Pacto Amazônico, acordo assinado pelos Países Amazônicos. O artigo 4º do Pacto afirma que se buscará o "equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica". Vendo a ocupação promovida pela Ditadura na Amazônia brasileira só podemos dizer que palavras são palavras nada mais que palavras. Os fatos dizem que não rimam expansão capitalista e proteção ecológica.

O General Meira Mattos é um representante categorizado do Regime Militar brasileiro, tendo ocupado os importantes cargos de Chefe da Divisão do Assunto Políticos da Escola Superior de Guerra e Vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), entre outros cargos nos aparelhos de Estado.

Portanto, suas afirmações revelam a ideologia dos militares e do sistema que estes sustentam.

Como ideológo do Regime pós 64 podemos encontrar uma chave de leitura do real sentido do livro sobre a Geopolítica Pan-Amazônica e das motivações verdadeiras do Pacto Amazônico. O General pretende despertar o Pan-Amazônia de um suposto "sono multissecular", aplicando o "esforço hercúleo do capital e da tecnologia dos países mais adiantados do mundo, dos organismos internacionais de suporte financeiro e tecnológico". O General prefere, como ideológo, ignorar as terríveis consequências do capital transnacional.

A Amazônia está vivendo o pesadelo da penetração desenfreada pelo capital multinacional, os povos indígenas sofrem na carne a violência dos usurpadores de suas terras e o General Meira Mattos sobrevôa toda essa realidade para melhor justificar o modelo de desenvolvimento excludente que estamos obrigados a viver. Ainda se esmera em projetar políticas para ocupação / invasão econômica da região, visando aperfeiçoar as medidas já implantadas pela Ditadura. Apesar de tudo evidencia em contrário, do "óbvio ululante", o General diz que o respeito às reservas indígenas serão melhores atendidas com a estratégica imposta. Essa estratégica nada mais é que a lógica do Capital que encara os povos indígenas como empecilho a ser removido, como improdutivos, preguiçosos, a fim de melhor explorá-los. As lutas das nações indígenas e dos trabalhadores constituem uma estratégica de desmantelamento da ideologia conservadora do General Meira Mattos.

Ricardo Parente.

Comprometa-se com a *LUTA* indígena, assinando o PORANTIM.

Pagamento: Vale Postal ou cheque a

CIMI-PORANTIM CP 58041 – 01397 – S.PAULO

PESSOAS & CONFLITOS

Nobel da Paz envia mensagem aos índios

Adolfo Perez Esquivel, prêmio Nobel da Paz, endereçou às nações indígenas uma mensagem de solidariedade "para que se mantenham firme na luta, em busca dos caminhos da libertação dos povos, porque são Vocês os verdadeiros destinatários da terra herdada e devem estar unidos mutuamente para lograr, conquistar, o que por direito lhes pertence, a busca da identidade da cultura e o idioma de seu povo".

Esquivel, militante da "Justiça e Paz", termina sua mensagem lembrando as suas origens **Guarani,** diz ele "tenho em meu sangue a força dos povos indígenas. Irmãos, força e coragem na luta pela dignidade dos povos".

Religiosas tomam defesa dos Yanomami

Ir. **Amparo Restrepo** e Ir. **Maria Isabel Eguillor,** duas religiosas salesianas do Vicariato Apostólico de Puerto Ayacucho, amazônia Venezuelana, tomaram a defesa dos **Yanomami** denunciando a morte de um jovem indígena da maloca Mahekodoteri em Platanal provocada por bebida alcoólica fornecida propositalmente pelo enfermeiro do Serviço Cooperativo do lugar, acompanhado de Armindo Dasilva e um tal Onilcio.

As filhas de Auxiliadora exigem também das autoridades competentes "medidas oportunas evitando que se repita fatos como estes". As religiosas terminam sua carta-denúncia dando fé e testemunho Evangélico de sua missão profética junto ao povo **Yanomami.**

FUNAI passa a bola adiante

Cel. Ivan Zanoni Hausen veio a Manaus à caça dos bispos da região a fim de dividir as responsabilidades da política indigenista oficial, condenada internacionalmente pelos malefícios cometidos contra os povos indígenas. Nos seus "diálogos" **Zanoni Hausen** procura persuadir os bispos a fazer convênios com a anacrônica FUNAI e apresenta sofismavelmente algumas prelazias que assim já se comportaram, como é o caso das prelazias do Rio Negro, Parintins. Desta maneira a FUNAI, como se diz, passa a bola adiante, isto é, divide com as missões as suas irresponsabilidades, deixando de ser o alvo das críticas. Por outro lado as missões tornam-se agentes governamentais, perdendo sua credibilidade junto aos indígenas com quem temos um "convênio" secular e uma dívida histórica a pagar.

Empobrecidos debatem situação indígena

Pe. **Odilo Erhardt** e **Dirceu Aguirre,** ambos membros do CIMI Regional Maranhão/Goiás, estiveram em Imperatriz (MA) em dezembro passado, a convite do núcleo da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, proferindo conferência em defesa dos povos indígenas.

Nossos colaboradores na região **Jacinta** e **Claricio** se fizeram presente documentando o evento, que contou com a participação dos trabalhadores rurais, operários, donas de casa, estudantes enfim todas as categorias dos oprimidos, resultando numa proveitosa discussão.

O objetivo deste primeiro encontro foi favorecer um amplo debate sobre a problemática indígena a partir da situação dos empobrecidos, finalidade esta conquistada. Acreditamos que iniciativa como esta merece ser seguida pelos demais núcleos de apoio com propósito de solidificar a defesa da causa.

Terras Indígenas no projeto do INCRA

O Governo Federal tem feito através da Rádio Nacional chamadas constantes, prometendo dar terras aos "homens sem terras". Em Pauini na Amazonas o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) afixou cartazes por toda a cidade convocando todos que quiserem terras na Área do Projeto Fundiário Boca do Acre (abrangendo os Municípios de Boca do Acre, Pauini e Lábrea) a darem entrada em suas documentações na sede do órgão. Os missionários que trabalham junto aos povos indígenas da região, preocupados estiveram na sede do INCRA de Boca do Acre, preguntando sobre a Área do tal projeto, se não afetaria as terras indígenas.

Os funcionários do INCRA foram secos em informá-los que os indígenas da região estavam sob o controle dos Postos da FUNAI. Pelo jeito os agentes do Governo desconhecem e fazem questão de ignorar a marcante presença indígena por toda região, inclusive nas Áreas que serão discriminadas a partir deste ano.

Alertamos a FUNAI para que interpele o INCRA evitando desta forma o que aconteceu em Rondônia com os **Surui,** onde o próprio Governo concedeu terras aos colonos dentro da Área Indígena, provocando tamanho conflito, que até hoje não foi solucionado. A FUNAI precisa justificar a sua sigla, agindo imediatamente em defesa dos territórios indígenas.

Critérios de Indianidade: Atestado Ideológico

Manuel Carneiro da Cunha, antropólogo, presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo ante as ameaças do presidente da FUNAI em modificar o Estatuto do Índio, para saber "quem é e quem não é índio" no Brasil, escreveu um artigo na Folha de São Paulo "descascando o abacaxi".

O militante da Causa deixa claro que a ciência indaga, analisa mas jamais decreta. O que os coronéis da FUNAI pretendem fazer é decretar a emancipação "ex-officio", e o alvo mais imediato, no seu afã classificatório são os combativos líderes indígenas. Essa medida repressiva dá-se exatamente depois que o cacique **Xavante** Mário Juruna ganhou no Tribunal Federal de Recursos o direito de participar do IV Tribunal Russell, jogando a FUNAI para escanteio.

Sobre os "critérios de indianidade" o antropólogo afirma que "comunidades indígenas são pois aquelas que tendo uma continuidade histórica com sociedades pré-colombianas, se consideram distintas da sociedade nacional. E índio é quem pertence a uma dessas comunidades e é por ela reconhecido. Parece simples. Só que conserva às sociedades indígenas o direito de decidir quem lhes pertence: em última análise, é esse direito que a FUNAI lhes quer retirar". O presidente da Comissão Pró-Índio é categórico em dizer que os povos indígenas tem seus direitos garantidos historicamente, "direitos, portanto, e não privilégios como alguns interpretam".

Mas é só o que faltava. Os coronéis tomaram de assalto a FUNAI, expulsaram os antropólogos e sertanistas mais comprometidos com a luta dos povos indígenas agora querem tomar para si o direito de decretar a indianidade, dando aos indígenas atestado ideológico de cidadão brasileiro com bons antecedentes. Cuidado, os terremotos estão acontecendo.

São José do Xingu fazendeiro é a lei

Em setembro passado o **Porantim** publicou uma ampla reportagem sobre o conflito provocado pelos fazendeiros entre os povos indígenas e alguns "peões" do povoado São José do Xingu, também conhecido por São José do Bang-bang. Um dos nossos leitores da região em visita ao povoado nos faz um relato das condições dos trabalhadores e suas necessidades.

São José do Xingu fica à margem da BR-080 (estrada que corta o Parque Nacional do Xingu) bem próximo da Área Indígena. O povoado é um patrimônio dos fazendeiros, os chamados "tubarões". Sua população é de mais de 700 pessoas, mas nenhum dos moradores tem um pedaço de terra para plantar, apenas alguns tem o lugar onde moram e mesmo assim comprado bem caro dos fazendeiros. O custo de vida é altíssimo, em dezembro a lata de leite custava Cr$ 350,00.

No povoado a lei são os fazendeiros, eles mandam e desmandam. O desaparecimento dos trabalhadores é constante. Durante a visita do nosso leitor foi encontrado o cadáver de um "peão" que há dias estava sumido, pois enterraram com os pés de fora. Algumas pessoas quando interrogadas sobre o crime diziam aos cochichos:"foi o gerente de uma daquelas fazendas que tem por nome Curicaca".

Crimes como esses clamam por Justiça e tornam a situação dos trabalhadores tão insuportável quanto a dos indígenas, ambos vítimas de uma estrutura fundiária que dá poderes ao latifundiário e aos fazendeiros, violando o território tribal e não concedendo aos trabalhadores rurais o direito à terra.

Para FUNAI Índio Bom é Índio Morto

Os **Apurinã** que habitam no município de Boca do Acre (AM), encontram-se desesperados diante da insegurança em que vivem. Até então não tiveram suas terras demarcadas, salvo os que vivem no Km 45 da BR 317, que diga-se de passagem, a dona FUNAI forjou uma demarcação desrespeitando o seu habitat natural e jogando-os de encontro aos colonos. Com esses companheiros, os **Apurinã** já tinham começado um diálogo a fim de formar um Comitê contra o latifundiário "cabeça branca", **João Sorbille.**

A insegurança desse povo é tão grande, que chega a refletir no seu comportamento, quebrando a sua resistência e possibilitando ainda mais a penetração do inimigo coligado com a FUNAI.

A bebida alcoólica - a cachaça - tornou-se uma constante entre povo **Apurinã,** levando até mesmo a morte. É o caso de **Otávio** e **Manuel,** filhos da sra. Raimunda, todos moradores da Aldeia Monte Verde, que depois de uma noitada na cidade de Boca do Acre voltaram para aldeia afogando-se em pleno Purus, não sendo encontrados os corpos.

O chefe do Posto Indígena de Camicuã foi comunicado e nada fez para resgatar os corpos, provocando na Aldeia Monte Verde tamanha aflição e revolta, vindo a confirmar que para a FUNAI, "índio bom é índio morto".

Durante a Campanha é bom lembrar os povos indígenas que têm sido vítimas do sarampo, tuberculose, malária, sífiles e tantos outros males provocados pela invasão de seus Territórios.

Veja entrevista o CIMI esclarece (I)

A revista **Veja** de nº 643 publicou nas suas páginas amereladas uma entrevista com o Cardeal-Arcebispo de Fortaleza Dom **Aloísio Lorscheider** feita pelo jornalista **José Maria Andrade,** por sinal, mal informado ou talvez telequiado, assumindo desta forma a postura de bom perguntador. Entre as 27 perguntas formuladas a Dom Aloísio, respondida inclusive, com um grande ardor profético o enviado da **Veja** disparou uma dessas: "A Igreja tem sido questionada até mesmo por suas próprias entidades, como aconteceu no tribunal Bertrand Russell, onde as missões salesianas foram condenadas por integrantes do Cimi. O senhor acha que os salesianos estão certos?".

Não. Não é Dom Aloísio que responde mas é o CIMI que esclarece. Primeiro, esclarecemos ao perguntador que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) não delegou poderes a ninguém para condenar a prática missionária dos salesianos. Segundo, o acusador da prática missionária dos salesianos do Alto Rio Negro (AM) foi o escritor, hoje internacionalmente conhecido, Márcio Souza. Terceiro, o CIMI é um órgão missionário que congrega, segundo seu Estatuto todos os missionários da Igreja Católica, que atuam entre os povos indígenas.

Cardeal responde questionamento (II)

Agora sim. Dom **Aloísio Lorscheider** responde: "Os salesianos que atuam no rio Negro sempre trabalharam com muito boa vontade e dentro de uma orientação que eles acharam a mais correta. Se pudermos mostrar aos salesianos que eles realmente erraram, estou certo de que serão os primeiros a mudar de rumo. Porque o que eles desejam não é o bem deles, mas o bem dos índios. É claro que também na caminhada que fizemos hoje para conhecer melhor os povos descobrimos muito mais seu valor cultural. No passado, os salesianos e outras missões aqui e em outros países, nem sempre levavam em consideração este aspecto cultural. Hoje ele está sendo muito mais valorizado. Mas devemos também reconhecer que ainda não temos uma idéia muito clara. Um dos grandes problemas que a Igreja enfrenta hoje nestes tempos de renovação é o que chamamos de evangelização das culturas, o encontro do Evangelho com as culturas".

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

PÁGINA ABERTA

No Baixo Purus

DESTRUIÇÃO ECOLÓGICA ACABA COM PEIXES

"Nós **Paumari** dos rios Tapauá e Cunhuã no município de Tapauá (AM) pedimos urgentemente uma demarcação de nossas terras para evitar futuros conflitos e para que o civilizado não estraga nossa terra e nossa área, acabando com os bichos de casco (quelônios), o peixe e a madeira".

Esta carta foi escrita por vários indígenas **Paumari** à FUNAI cobrando da tutora uma rápida ação antes que a depredação ecológica transforme a área num lugar inabitável. Frei Ricardo Cornwall dá um grito de alerta sobre a devastadora e criminosa destruição dos peixes feita pelas geleiras no rio Purus.

PACUS MORTOS

Milhares de pacús mortos flotando para baixo num desfile grotesco de uma hora em frente ao seringal Nova Santana; piracemas de peixe que antigamente subiam em junho só começam aparecer agora frente a Tauamirim; praias enormes onde é impossível encontrar uma cova de ovos de tracajá; triplicou a quantidade de barcos pesqueiros e compradores de quelônios trafegando as àguas. Estes são alguns dos sinais de uma depredação massiva e indiscriminada da natureza aquática no Purus.

O IBDF só está fiscalizando duas praias no Purus este ano, as de Abufary e de Aramiã. Ainda nestes lugares se vê bichos de cascos "fazendo soalho" (desovando) no ponto de uma prainha e as atividades caprichosas de centenas de gaivotas. As outras praias da região estão desoladas e mortas.

Inexplicávelmente, documentos nomeando guardas locais para as praias abaixo da cidade de Tapauá ainda não foram expedidas. Sem nenhum documento, qualquer um que se arvore em defender uma praia da invasão de peixeiros ou caçadores de bicho de casco arrisca-se a receber uma bala.

Para pegar os quelônios, os peixeiros vêm ao meio dia quando os bichos saem para a praia. Lança a rede e fecham a boca. Pronto. Pegam todos que estão dentro, de todo tipo e tamanho.

Sem nenhuma fiscalização, peixeiros grandes sobem e baixam o Purus perseguindo os cardumes de peixe até sua extinção. Quase todos usam arrastões proibidos pela lei. Nas suas rodadas pegam tudo, peixes grandes e miúdos. Os grandes estão guardados na caixa de gelo. Os pequenos, já debilitados ou mortos pela rede são jogados no rio.

O rio Panelão, sempre rico em pirarucú não tem mais peixe para alimentar as famílias que tradicionalmente pescavam naquelas águas. Os que não são proprietários (em terra que sempre pertencia aos índios **Mura**) estão indo embora rumo a Manacapurú. Isso em grande parte se deve aos geleiros que invadem os rios e tiram de uma vez a riqueza que tem as águas.

Tem-se conhecido casos de cargas de jaraqui sendo jogadas fora para receber cargas de sardinha ou outro peixe que dá melhores preços no mercado urbano. A situação se torna mais descontrolada pois em Tapauá não tem juiz e, segundo parece, nem delegado.

Falaram que o IBDF ia proibir a pesca no rio Purus, mas do jeito que vai indo, quando tentar regulamentar a pesca neste rio, não vai ser necessário porque não haverá mais peixe.

RIO SEM LEI

Era tanta a quantidade de peixes apodrecendo no Baixo Purus na região de Bom Jesus e tão forte o mau cheiro que nem as senhoras podiam bater roupas na beira do rio, nem era possível beber água do lugar.

Moradores perto da Boca do Jacaré contam como milhares de peixes mortos sairam do Jacaré boiando. As águas ficaram tão podres que tinham que sair ao Purus apanhar água para beber.

Isto é típico do estrago que os geleiros estão perpetrando nas águas do Purus na maior impunidade possível. Com menos peixe se dificulta enormemente a vida do seringueiro e do peixeiro local que pesca com flecha e arpão.

No Tauariá um morador contou que cada peixeiro coloca 200 a 300 malhadeiras. Não escapa nada, os lagos são constantemente invadidos e quando alguém reage a violência come solta.

Os geleiros cometem estes estragos em dezembro, quando os peixes estão querendo entrar nos afluentes para desovar, e em junho e julho quando as àguas estão vazando e os peixes retornam ao Purus.

A pesca do pirarucú é proibida por lei. Tradicionalmente o homem do interior vive deste peixe, pegando mormente os grandes com flecha. O geleiro se ri dessa proibição e com seus arrastões, também proibidos pela lei, acaba com o pirarucu de todo tamanho e qualquer outro peixe de valor. Entretanto, para o morador do interior os preços das mercadorias sobem astronomicamente.

A lista dos criminosos da natureza é muito grande e esse pessoal, graças ao dinheiro, consegue o silêncio e ausência das autoridades. Eis alguns deles, Sebastião Barbadinho, Doia, Nel Enrique, Bezinho, Cassiano e Polidório, todos da cidade de Tapauá. Sebastião Sido de Manacapuru. Pedro Cabral do rio Tapauá. Chagas Almeida, Raimundo Almeida e Antonio Comprido de Bom Jardim. Sabino, Manoel Fernandes de Morada Nova. São verdadeiros agente do ecocídio na região amazônica. Muitos deles são financiados pelo Banco do Estado do Amazonas (BEA) para comércio, mandioca ou seringa. Mas com o dinheiro adiantado, adquirem um arrastão e fazem um comércio ilegal em larga escala com os bichos de casco.

Um seringueiro explicou a crise que afeta o morador do beiradão agora com a presença do geleiro: "ou proibir os geleiros ou vai terminar com a produção da borracha. O segingueiro não vai cortar a borracha com fome"

Uma pergunta fica no ar – quem assumirá a defesa da ecologia amazônica saqueada e vilmente depredada por comerciantes inescrupulosos que não temem a lei?

Na Ilha Comprida (MS)

Invasão das Águas e Prefeitura não faz nada

Na Ilha Comprida, situada a 18 km. do município de Três Lagoas (MS), o povo não suporta mais a enchente que afoga suas casas, lavouras, deixando todo mundo em miseráveis condições. Mas a invasão das águas não é um fenômeno natural e sim humanamente provocado. De fato, para que não estourem os diques das barragens (usinas) de Jupiá e Ilha Solteira (SP) com as cheias do rio Paraná, os técnicos mandam abrir as comportas fazendo a água invadir a ilha Comprida e estourar a paciencia dos moradores.

Reclamar providências das autoridades já se tornou rotina de mais de 5 anos, ouvindo promessas demagógicas. Agora, no entanto, as coisas tomaram um novo aspecto, o povo se organiza e procura unido pressionar as autoridades.

ALAGAÇÃO

No final do ano passado o povo da Ilha Comprida, em Três Lagoas, cansou de esperar pelas promessas que nunca se concretizaram. Há anos eles vem sofrendo a invasão das águas provocadas pelas Usinas de Jupiá e Ilha Solteira em suas roças e casas. Estas invasões desalojam todo o povo que precisa correr para a cidade de Castilho em São Paulo. Moradores da região explicam: "Quando acontecem as cheias, quem nos socorre é o Estado de São Paulo. Tiram a gente daqui com helicópteros, levam a gente prá abrigá, dão remédio. O prefeito de Três Lagoas nem toma conhecimento do fato. Ele promete mas nunca cumpre".

As cheias fazem que se perca toda a produção sem que ninguém se preocupe em indenizar os moradores de Ilha Comprida. Instigados pelas extremas dificuldades em que são obrigados a viver, sem segurança de poder colher os produtos que plantam , sem poder colocar suas safras em segurança e com muita dificuldade em escoar os produtos por não terem sistema de balsas na região, decidiram fazer um abaixo-assinado do prefeito de Três Lagoas, Dr. Lúcio Queiroz Moreira, que lhe foi entregue no dia 19 de novembro por uma Comissão Representativa da Ilha Comprida.

O abaixo-assinado solicitava providências urgentes e fazia as seguintes exigências: 1) O aterro de um chamado "buracão", que é um sistema de esgoto que liga o rio Paraná às lagoas da Ilha e que na época de chuvas deixa a água avançar, cobrindo toda a região. 2) Recuperar as estradas, intransitáveis em determinados pontos. 3) Obtenção de balsas para escoamento dos produtos, principalmente o transporte do gado. Estes ítens explicam por que a Ilha fica incomunicável, que é alagada e só com helicóptero pode ser retirada a população, sem falar na perda das lavouras, do gado.

BRINCADEIRA DO PREFEITO

O povo deu um prazo de 15 dias para o Prefeito de Três Lagoas responder às reivindicações. Na ocasião da entrega do documento, o Dr. Lúcio prometeu fazer todos os esforços para atender as reivindicações dentro do prazo estipulado. Nas reuniões do povo apareceu o vereador Adolfo, por uma coincidencia providencial, tem propriedade na Ilha. O vereador se ofereceu como intermediário do povo na busca de solução. Bom, verificando os preços, as balsas ficavam em trezentos mil cruzeiros, o trabalho de aterro do esgoto, segundo cálculos da Secretaria de Obras, ficou orçado em um milhão de cruzeiros. O prefeito arrependeu-se de ter feito a promessa, mas já estava acostumado a fazê-las e não cumprir o prometido.

No dia 5 de dezembro, vencido o prazo para serem atendidas as reivindicações, o povo reuniu-se para nova discussão em torno do não cumprimento das promessas. As águas já estavam entrando em suas plantações, ameaçando a colheita deste ano. O prefeito não tinha dado nenhuma explicação, fechando-se num silêncio de cemitério. Uma comissão representativa foi indicada para pedir esclarecimentos.

A audiência foi marcada para o dia 23 de dezembro, mas no dia anterior compareceram a ilha três representantes do prefeito a fim de suspender a reunião. O povo chegou a oferecer um cavalo para que os "dignos" representantes fossem conhecer o "buracão" de perto, mas eles recusaram.

Ao meio dia do dia 23 lá estava, sob uma forte chuva, 15 representantes da Ilha em frente ao Paço Municipal. Dom Geraldo Majela Reis, bispo da Diocese de Três Lagoas, a pedido do povo, também se fazia presente, para a reunião que teria de acontecer as 2 horas da tarde. Num insulto sem tamanho ao povo, passou das 2 horas e ninguém apareceu; nem prefeito nem seu secretário deram o ar de suas graças. Telefonaram para o vereador Evaristo, encarregado de levar a efeito a reunião do prefeito com o povo e outro desrespeito tamanho: o vereador dormia pesadamente, esquecido do mundo. Na sala de recepção o povo esperava enfraivecido.

MENTIRAS, MENTIRAS

O Prefeito chegou as quinze e trinta horas inventando desculpas esfarrapadas e logo desmascaradas. Alegou que a Prefeitura não tinha a quantia necessária para o aterro, orçado, segundo ele, em um milhão e trezentos mil cruzeiros. Nem o Estado teria esse dinheiro.

Um morador, cortando a retórica da mentira, foi direto no problema: A gente pode aguentá tudo... trabaiá sem condição, perdê a saúde debaixo do sol sem tê como escoá o produto, mas vê nossa plantação em baixo dágua por relaxamento das autoridade, ah, esta não! A gente não pediu pra eles construí a Jupiá e nem eles vieram sabê se isto ia causá problema pra gente. Eles que fizero a sujeira e agora a gente é que paga. Isto é coisa de cão". Outro morador pergunta: "Quem vai pagar mais esta perda? Nossos impostos estão em dias e não temos o direito de ter segurança em nosso trabalho porque a prefeitura alega falta de verbas pra sanar um grave problema que foi causado pela construção da Usina de Jupiá".

Acuado, o Prefeito lança mão de novas mentiras, afirmando que jamais se omitiu de dar apoio aos moradores da Ilha. Logo foi contestado pelos representantes que lhe responderam que só uma ou duas famílias vieram para Três Lagoas. E que a única preocupação do Prefeito era retirá-los da Ilha, depois, cada um que se vire. Outra senhora pediu ao prefeito que se comprometesse por escrito com o auxílio aos flagelados, caso contrário, todo o povo viria em frente à prefeitura e acamparia por lá até ser acomodado, alimentando e medicado. O prefeito, fazendo ar de ofendido, retrucou que não levaria a sério o que a senhora tinha lhe dito. Logo ele, que sempre se preocupou com o povo; era preciso continuar fingindo.

No final da reunião houve tumulto, com o povo querendo soluções concretas, sugerindo ao Prefeito a assinatura de um "termo de compromisso" que cumpriria as reivindicações constante no abaixo-assinado para março-abril de 81 quando as águas baixarem, pedindo ainda atendimento e assistência aos flagelados nesta temporada. Nada ficou decidido, como sempre.

Dr. Lúcio encerrou a reunião desejando Feliz Natal e Próspero Ano Novo ao que os visitantes responderam: "Como? se não podemos dormir em paz pois tudo o que temos e nós mesmos acha-se ameaçado pelas águas sem que nenhuma providência cabível tenha sido tomada por parte das autoridades responsáveis?"

O drama dos moradores da Ilha Comprida se repete com outros flagelados desse Brasil. Quando a situação se torna insuportável, as autoridades promovem a remoção dos esfomeados, doentes e desassistidos flagelados. Depois, convenientemente os esquece até a próxima tragédia.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

CRONOLOGIA

Juruna quer Federação

O cacique Xavante Mário Juruna se recusa a discutir as intenções da FUNAI de emancipá-lo a partir de estudos sobre a responsabilidade civil do índio. O importante, disse Juruna, é que os índios criem uma federação como as existentes em outros países. (JB: 9/12)

Voto de louvor à missão salesiana

A deputada Socorro Dutra (PDS–AM) teceu elogios à obra salesiana do Alto Rio Negro (AM), porque segundo ela, tem larga experiência humana e legítimo apoio à causa indígena, educando-os e protegendo-os nas escolas numa convivência diária. (ACR: 10/12)

Kukuro exige terras garantidas

Diante dos contínuos conflitos entre índios Apurinã e fazendeiros invasores da área indígena, o Grupo Kukuro de apoio à Causa Indígena, em nota divulgada, exige das autoridades a imediata demarcação das terras indígenas de Boca do Acre e Camicuã e o cumprimento da sentença emitida pela Justiça Federal contra o grileiro João Sorbile. (ACR: 12/12)

FUNAI retira posseiro do Parque

A FUNAI já retirou do Parque Indígena Aripuanã (RO) algumas famílias de posseiros contaminadas de sarampo que transmitiram aos **Cinta-Larga** a infecção. (JB: 13/12)

Andreazza confirma vigilância de Satélites

O ministro Mário Andreazza confirmou a utilização de satélites para melhor vigilância da situação das reservas indígenas do amazonas, evitando novas invasões, como a que ocorre atualmente na reserva dos Gorotire. **(JB: 13/12)**

Xavante denuncia matança de índios

Mais de 15 crianças **Xavante** (MT) morreram de desidratação e pneumonia por descuido do hospital da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, em Barra do Garça, com o qual a FUNAI mantém convênio. "Estes problemas – denuncia o cacique Aniceto – bem revelam a intenção da FUNAI de desmoralizar o índio e quer matar do índio **Xavante**". (FSP: 16/12)

A OEA pode defender o povo Yanomami

Várias organizações internacionais denunciaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da OEA, pelos massacres feitos contra o povo Yanomami **a "cumplicidade de certos órgãos do governo brasileiro" e pedem da OEA uma resolução imediata à criação do Parque** Yanomami. **(JB: 16/12)**

Nações indígenas defendem seus direitos

Durante 2 dias estiveram reunidos em assembléia, na aldeia do Simão, os líderes das nações indígenas **Sateré-Mawé, Apurinã, Tembé, Karipuna, Tukuna, Mundurucu, Wapixana, Kanamari, Miranhã** e **Tukano**. No documento final, divulgado pelo CIMI Norte-I, assinado por 19 Tuxauas, eles denunciam que a "FUNAI não tem providenciado a demarcação das terras indígenas, tem feito demarcação errada, permitindo fazendeiros entrarem na área demarcada, a falta de higiene e assistência médica no tratamento dos doentes da Casa do Índio em Manaus". (JB: 16/12)

Índios contra proibição da FUNAI

O líder da nação Miranha, Lino Pereira (Tefé—AM) declarou que a proibição da FUNAI, impedindo os índios de se reunirem ou sair de seus territórios sem autorização do órgão está sendo encarada pelos líderes indígenas como "instrumento que deseja apenas impedir o índio de tomar consciência de seus problemas e, com isso, possa desenvolver uma política voltada às reais necessidades. (ANO: 17/12)

Demarcação é a única solução

Os Tuxauas Agostinho da nação **Apurinã** e Manoel Rodrigues da nação **Munduruku** exigem a demarcação das terras, como a única maneira dos índios sobreviverem. (ACR: 17/12)

Chefe Xavante defende união de seus parentes

Ao inaugurar uma exposição indígena na Bahia, o cacique Xavante **Aniceto afirmou que embora sua tribo em particular não tenha queixas contra a atual administração da FUNAI, os seus parentes e irmãos da reserva Couto Magalhães "estão lutando sem ajuda para vencer fazendeiros que tentam se apoderar das terras com ajuda da gente da política". (JBR: 19/12)**

Xavante partem para reconquista da terra

Depois de esperar 10 anos pela demarcação, os **Xavante** da reserva de Couto Magalhães ameaçaram atacar a fazenda Xavantina para reconquistar seus 80 mil ha. de terra. (JBR: 20/12)

Apurinã lutam pela terra

Os índios Apurinã **(Acre-AM) vão partir para o ataque a um castanhal próximo de sua reserva, caso a FUNAI não solucione o problema de acréscimo da área. (JBR: 21/12)**

Em defesa da missão salesiana

O Jornal da Tarde, em seu editorial "Os padres salesianos e a esquerda Curupira" defendeu os padres salesianos que "ao contrário dos padres de choque da vanguarda revolucionária, realizam um trabalho sem promoção alguma e por razões estritamente humanitárias que nada tem a ver com o plano de Deus de D. Aloísio Lorscheider". (ACR: 21/12)

Figueiredo decreta Reserva Indígena

O presidente Figueiredo assinou o decreto de demarcação das terras da nação Xavante, **com o acréscimo da área e a modificação do nome de Couto Magalhães para Reserva Indígena Parabubure. (JBR: 22/12)**

CIMI denuncia a FUNAI em favor dos Waimiri

O CIMI Norte-I denunciou que a FUNAI está tentando transferir uma aldeia de 118 índios Waimiri, do baixo Camanaú com o objetivo de liberar a área para um projeto de mineração e fins de colonização. (ACR: 23/12)

Projeto Rondon a serviço do SNI

Uma equipe de universitários da Universidade do Amazonas, Projeto Rondon foi treinada pela FUNAI para atuar nas áreas indígenas do Alto Rio Negro e Solimões, coletando informações para o "Sistema de Informação sobre Área Indígena, órgão do SNI e CSN". A denúncia foi divulgada pelo CIMI Norte-I em nota oficial. (ACR: 31/12)

Governo absorve produção de índios

O Governo Federal pretende valer-se do trabalho dos índios Pankararu e Aticuns, que vivem em Pernambuco, para melhorar a produção nacional de grãos. Segundo a FUNAI, as duas tribos deverão produzir, na próxima safra, pelo menos 180 toneladas de milho e 132 de feijão, sem contar outras 7 de tomate, estas para seu próprio consumo. (FSP: 26/12)

Reforma do Estatuto do índio

O coronel Nobre da Veiga, presidente da FUNAI, está acobertando a existência de um anteprojeto de lei que reformula o Estatuto do índio porque é de interesse do governo que não seja levantado um debate em torno do assunto. A denúncia foi formulada, em Brasília, pelo Deputado José Costa (PMDB—AL). (ACR: 9/1)

Juruna garoto propaganda

"Eu, índio, não sofre fígado. Eu usa planta jurubeba. Cacique Juruna tá na cidade, só toma Atalaia Jurubeba". Bastaram quinze segundos com o cacique Mário Juruna no ar para que o comercial do medicamento passasse a ser um dos mais comentados pelo público e pelos publicitários. (FSP: 12/1)

FUNAI diz que não vai espionar os indígenas

O superintendente administrativo da FUNAI, Octavio Ferreira Lima disse que "esse trabalho de coleta de informações sobre as condições de vida das comunidades indígenas que está sendo desenvolvido pelos estudantes da Operação Nacional do Projeto Rondon, foi motivado pelo desconhecimento da ampla problemática do índio, apesar dos esforços até aqui empreendidos pelo Governo Federal". Desmentiu que os universitários iriam espionar as missões. Entretanto, Octávio Ferreira Lima não negou a possibilidade, naturalmente, de o Governo tomar providência que possam atingir até as missões estrangeiras para melhorar a vida do índio. (ACR: 14/1) E toma demagogia.

FUNAI muda de tática e passa a denunciar

A FUNAI distribuiu nota informando que "elementos interessados em criar tensão em área indígena" estão insuflando índios **Tapirapé**, no Araguaia, a se revoltarem contra os proprietários da fazenda Tapiraguaia, limítrofe com a reserva indígena. Mas acrescenta que a demarcação da reserva será efetivada este ano e que as lideranças indígenas estão de acordo com a proposta apresentada pelo órgão. (JB: 17/1)

Líderes indígenas acusam a FUNAI das multinacionais

"A FUNAI só dá terras pelas promessas dos jornais e favorece sempre os posseiros e as multinacionais". Estas foram as principais conclusões da 1ª Assembléia Indígena do Leste, encerrada no sábado passado em Teófilo Otoni, e que contou com a participação das lideranças de cinco tribos de Minas, Espírito Santo e Bahia, representando 6 mil índios sob a tutela da 11ª Delegacia da FUNAI.

Os representantes dos povos Tupiniquin, Guarani, Maxacalis, Crenaque e Pataxós **estiveram reunidos de quinta-feira a sábado na Colônia Dom Bosco de Teófilo Otoni, em encontro coordenado pela Diocese e a Comissão Indigenista Missionária. Discutiram os problemas de terra, atuação da Delegacia da FUNAI e problemas enfrentados pelas lideranças indígenas na região. (JB: 19/1)**

Antropólogo denuncia interesses econômicos

O antropólogo Pedro Agostinho, da Universidade Federal da Bahia, declarou que o projeto de emancipação do índio que volta a ser cogitado pela FUNAI, "é a maneira que o Estado está procurando para se furtar à obrigação constitucional de proteger os índios contra os interesses econômicos regionais e a discriminação social".

Segundo Pedro Agostinho, que é coordenador da comissão especial de assuntos indigenistas da Associação Brasileira dos Antropólogos, a entidade tem sido "radicalmente contrária" a emancipação do índio. (ACR: 20/1)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

CIMI - Norte I

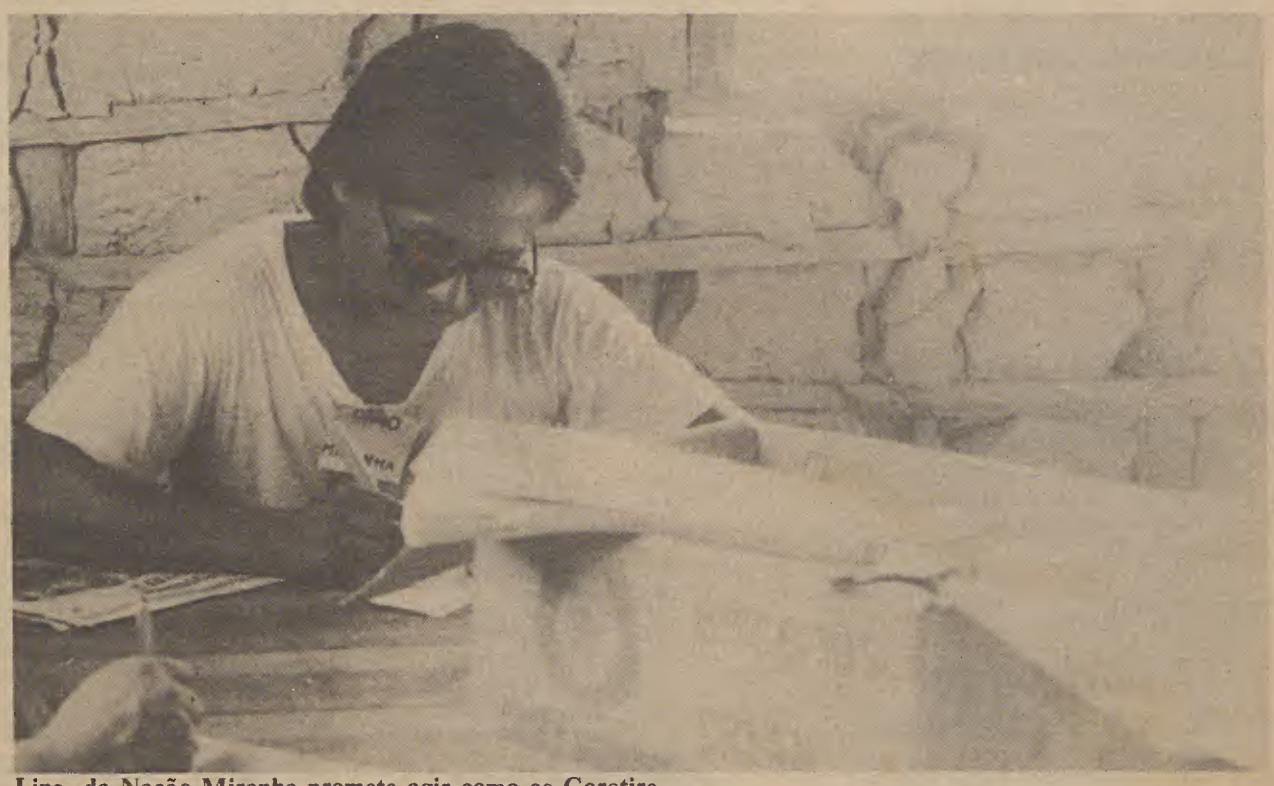
Violência policial contra indígenas é antiga

O Coordenador do CIMI – Norte I, Renato Athias fez um depoimento ao PORANTIM sobre a violência policial, responsável pela injusta prisão do Miranha Edelves Pereira.

"A violência dos Policiais estaduais e Militares sobre os indígenas tem sido uma constante e o caso de Tefé vem repor em discussão um velho e até hoje não resolvido problema. Primeiro que tudo, o art. 59 do Estatuto do Índio prevê sérias punições para os agressores dos índios. Mas o que a gente, vê, na verdade, é uma tremenda parcialidade, pois quando os brancos agridem os índios e até matam covardemente como ocorreu com Angelo Cretã, líder Kaingang, Angelo Xavier, Pankararé, as investigações policiais nunca chegam nos verdadeiros culpados e não andam. O caso dos **Juma** aqui no Amazonas é exemplar. O suspeito maior, Orlando França de Lábrea, até revelou aos Apurinã que já matou índio e até hoje não foi intimado a comparecer para inquérito.

Pior fica a situação quando a própria PM do Amazonas é responsável maior pela violência contra o índio, como aconteceu em Boca do Acre, ano passado: um policial mandou chumbo num Apurinã, uma violência injustificável sob todos os aspectos. Até hoje está impune; felizmente o Apurinã está se recuperando das baladas.

No caso dos policiais de Tefé eles agiram com uma rapidez fulminante, dando atenção a uma denúncia de mesa de bar contra Edelves Pereira. Prenderam na maior ilegalidade e levaram o Edelves como se fosse um animal selvagem, manietado. Sem o menor direito de defesa. Será que não tem juiz em Tefé? Onde está a justiça? Só vale para os poderosos economicamente? Depois cinicamente reconhecem o erro e libertam o **Miranha.** Mas o que foi feito não pode ser apagado e a revolta dos **Miranha** e do Lino em especial é muito natural e válida. Quando afirmam que vão fazer Justiça por si mesmos, isto atesta a falência da Justiça em Tefé, pois os órgãos responsáveis para fazer valer as leis, como o aparelho policial, na verdade promove grande violação da lei e desrespeito a pessoa do indígena.



Lino, da Nação Miranha promete agir como os Gorotire

É sempre assim, a lentidão em resolver o problema das agressões do branco sobre os povos indígenas, a polícia revida com a maior violência quando ainda suspeita de o indígena ter cometido um delito contra a propriedade e a pessoa do branco. Esta situação não pode mais continuar. A Justiça deve ser igual para todos.

Este é um aspecto do problema, nós sabemos que na cidade a violência da Polícia mete tanto medo nas pessoas quanto a dos ladrões e a PM quer acabar a violência com mais violência".

Tefé (AM)

Polícia Tortura Índio Miranha.

A polícia do município de Tefé (AM) usa a tortura contra o índio **Miranha** Edelves Pereira, suspeito de um roubo que não tinha praticado. A detenção foi ilegal pois não houve flagrante nem ordem do juiz. A cruel prisão revela um retrato dos métodos policiais de arrancarem uma confissão que não podia haver. Depois de consumada a violência, descobriu-se o engano e desculpas esfarrapadas foram pedidas.

Lino Pereira Cordeiro, "capitão", da aldeia Miratú-Uarini, próxima de Tefé, estava participando da Assembléia Indígena no rio Andirá no mês de dezembro/80 e não pôde impedir essa brutalidade. Logo que chegou, escreveu uma carta à FUNAI e ao CIMI denunciando a truculencia policial e exigindo providências imediatas. O PORANTIM reproduz essas cartas.

AFRONTA A DIGNIDADE

"Sr. Delegado (da FUNAI), servimos da presente para comunicar ao órgão responsável de zelar pelo bem estar dos índios do Amazonas onde os tutela.

Pela 3ª vez a polícia usa de suas violências bárbara contra os índios **Miranha** da Aldeia Miratú no município de Tefé, e desta vez a ação foi ainda muito maior que merece ser feito justiça. Dia 20 de dezembro/80 quando prenderam o índio Edelves Pereira de 18 anos achando que era pouco amarrando-lhe os pés e as mãos para traz, sendo transportado a diversos lugares, mantido como refém acusado por brancos de um crime que não cometeu, sendo provado mais tarde e o responsável pelo crime hoje vive sarcasticamente rindo na cara de um povo ameaçado, de mães de famílias apavoradas o que na realidade é uma afronta para a dignidade humana.

Outros acontecimentos foram comunicados a esta delegacia a quem cabe fazer alguma coisa em defesa dessa gente e cada dia piora mais. Como eu estava em viagem e participava de uma assembléia indígena, tudo aconteceu por menos mas desde o presente saiba, sr. Delegado que a partir de hoje em diante não irão repetir estes casos simples com os **Miranha,** e sim coisas muito desagradáveis, algumas vítimas e muito sangue correndo sobre nosso solo, para poder acabar com a desenfreada violência que vem ocorrendo. Nas lutas com adversário sempre são combatido com as mesmas armas que usa, já cansamos de humilhação. Basta de tanta infâmia. Descobre-se com este último caso acontecido que a justiça cabe a quem tem a força e o poder econômico na mão, e para nós cabe a quem tem a força e o poder de violência na mão como os **Gorotire,** subgrupo dos Kayapó.

Aguradando que já seja consciente de que acontecer e qual o motivo, agradecemos a V. Exa. pela atenção a que nos conceder e apresento aqui meu protesto de respeito".

AO CIMI—PORANTIM

"Quando terminávamos mais um ano de muitas batalhas pela sobrevivência de cada um nesta aldeia, era justamente quando acontecia mais fatos desagradáveis na causa indígena como sempre acontece em outros territórios, e aqui já aconteceu ultimamente: quando o índio Edelves Pereira foi amarrado como bem entenderam e pior que tudo é que quando procuramos saber como aconteceu tudo ninguém sabe explicar, solicitamos ao juiz de Direito da Comarca de Tefé, mas como sempre tudo se acaba nas gavetas e por isso estamos enviando cópias para evitar que não haja desculpas de não serem avisados, principalmente a Delegacia da FUNAI, caso venha acontecer algum fato desagradável, desta vez somente as entidades de apoio estão sendo comunicado e a própria FUNAI, porque de nada adiantava pedir justiça, eles fazem de conta que não sabem de nada. Agora, quando souberem pode ser que queiram tomar alguma providência mais quando será tarde demais, não quero imitar, mas somos obrigados nós índios erguer suas bandeiras, e provar que também somos bons soldados, porque antes quando os brancos matavam os índios aos montes e eram os grandes heróis, e nós temos que se prostar e aparecer nos outros estados, nas oturas nações como os heróis mais não pela invasão das terras alheias como faziam, mas sim pelos seus legitimos territórios e o que é justo".

FUNAI Diz que Vai Tomar Providências

Com receio de que a denúncia do **Miranha** Lino Pereira fosse rapidamente para as gavetas do arquivo, o PORANTIM se deslocou para a 1ª Delegacia da FUNAI em Manaus a fim de saber junto ao Delegado Kazuto Kavamoto, que providencias seriam tomadas. Em relação a barbara prisão do Miranha Edelves Pereira pela polícia de Tefé, o delegado deu mostras de estar informado sobre o assunto. Alegou, no entanto que não havia recebido a carta de Lino dirigida ao órgão tutor.

Kazuto se mostrou bastante lacônico quanto as providências da FUNAI e até pôs em dúvida a versão apresentada por Lino. Falou que ninguém pode pegar um suspeito e tratar dessa maneira.

ROUBO

P. O Senhor recebeu um comunicado sobre a prisão ilegal do **Miranha** Edelves Pereira em Tefé?

KK. Não recebemos, o que eu sei é que o índio foi acusado de roubo e depois foi solto e liberado quando descobriram o culpado.

P. Nesse caso, o índio foi preso, amarrado, sofreu inclusive torturas como fala a carta.

K.K. Eu quero pegar esse documento seu aí e passar para o setor jurídico, certo, para tomar as providências.

P. E quais seriam essas providências, concretamente?

K.K. Ele vai indagar se ele já está preso, porque o que está dizendo aí é meio dúbio. Ele tá dizendo que tá ameaçando, certo, e diante de ameaça a gente toma providência. A gente vai mandar lá um advogado se perdura ainda alguma dúvida, se ele é mesmo responsável pelo furto.

P. Mas na carta está claro que o índio não é responsável pelo furto.

K.K. Aí tá dizendo também que está sendo ameaçado e que depois, parece, surgiu um outro comentário que o dinheiro estaria não sei com quem, entendeu? Que o dinheiro não compareceu ainda. Num primeiro ato, o índio foi detido, porque o cara acusou. Ele estava num bar, se não me engano, tomando cerveja com outro colega. A polícia levou, entendeu?

P. Eu vou lhe dar uma cópia da carta.

K.K. Eu não recebi isso não. Mas, ninguém pode pegar um suspeito e tratar dessa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM